



Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
Trabalho, Inclusão e Equidade



INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA TRABALHO, INCLUSÃO E EQUIDADE

INCT TRABALHO

DOCUMENTO BASE

Comitê Gestor



Novembro de 2025

Apresentação

O objetivo deste documento é estabelecer os pontos básicos de partida do projeto INCT TRABALHO.

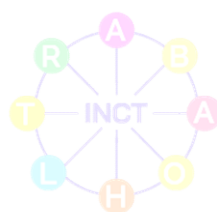
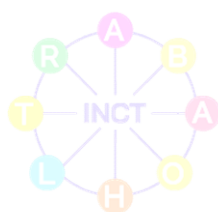
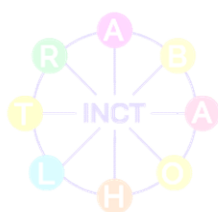
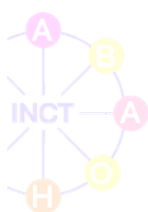
Visa orientar o planejamento inicial do projeto e, a partir daí, firmar os fundamentos preliminares da interlocução do Comitê Gestor com o Comitê Assessor e com os Eixos Temáticos.

Está organizado em duas partes. A primeira se refere ao projeto como um todo e inclui os seguintes itens:

- ❖ as ideias-chave que posicionam o problema geral de pesquisa e o sentido geral do projeto;
- ❖ as perguntas principais de pesquisa;
- ❖ as hipóteses principais;
- ❖ o objetivo geral e os objetivos específicos e metas que se referem exclusivamente às ações gerais do projeto;
- ❖ a estratégia metodológica geral.

A segunda parte detalha para cada um dos 8 eixos temáticos os seguintes itens:

- ❖ as ideias-chave que posicionam o problema específico de pesquisa;
- ❖ as perguntas principais de pesquisa;
- ❖ as hipóteses principais;
- ❖ as principais estratégias metodológicas de pesquisa;
- ❖ os objetivos específicos e metas que se referem ao eixo;
- ❖ referências bibliográficas.



PARTE 1 – FUNDAMENTOS GERAIS DO PROJETO

1. Posicionando o problema geral de pesquisa

Contexto da crise contemporânea:

A sociedade contemporânea enfrenta uma crise de caráter multifacetado, que implica profundas transformações nas dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.

Essa crise tem no trabalho uma de suas dimensões centrais e está associada a fatores estruturais como a reorganização econômica, a financeirização globalizada, as inovações tecnológicas, a crise ambiental, a transição demográfica, as orientações políticas neoliberais e privatistas e a desconstrução dos direitos sociais.

Esse processo resulta da lógica do atual modelo de produção e operacionalização da economia, baseado na busca do mercado autorregulado, que adota estratégias empresariais agressivas – frequentemente com apoio estatal – voltadas à acumulação de capital, desconsiderando as questões sociais, o que, conseqüentemente, resulta em concentração de riqueza, renda e poder.

Os efeitos dessa dinâmica intensificam as desigualdades sociais, a precarização do trabalho, a crise ecológica, a exclusão social e a erosão das possibilidades da democracia e da justiça social. Esses efeitos são ainda mais graves em países periféricos como o Brasil, onde tais tendências se somam a vulnerabilidades histórico-estruturais.

Repercussões no mundo do trabalho¹:

Nesse contexto, o trabalho permanece central na vida das pessoas, especialmente das classes trabalhadoras. Contudo, suas necessidades e demandas vêm perdendo visibilidade e espaço na agenda pública. A crise do emprego de qualidade e a intensificação da precarização transformam a busca por uma ocupação minimamente digna em uma luta permanente pela sobrevivência individual e coletiva, bem como pelo reconhecimento social.

Simultaneamente, persiste uma correlação de forças profundamente desfavorável ao trabalho e aos trabalhadores, em relação ao capital, o que contribui para o esvaziamento

¹ Usamos aqui a expressão “mundo do trabalho” em sentido amplo: abrangendo as formas de inserção ocupacional (assalariado, autônomo, informal, cooperativo, plataformas etc.) nos diversos setores da economia; considerando as condições concretas de trabalho e reprodução social; incluindo os marcos institucionais e normativos (direitos, políticas públicas, sistemas de regulação); percebendo-o como atravessado por conflitos, desigualdades e estratégias de ação coletiva; devendo ser entendido como parte constitutiva da própria estrutura e dinâmica do capitalismo, nos termos em que esse se desenvolve em cada região do mundo. Ou seja, trata-se de ter-se em conta tudo que está relacionado ao trabalho e às classes trabalhadoras.

do debate público sobre o direito ao trabalho e os compromissos com a proteção social, o que afeta as próprias bases sobre as quais se constitui o Direito do Trabalho.

As tentativas de revitalização, de reestruturação, de reorientação das formas coletivas de ação e organização das classes trabalhadoras, mesmo presentes, não têm sido suficientes para reverter esse quadro desfavorável.

Desafios analíticos e políticos:

Ao mesmo tempo, constata-se uma defasagem entre a capacidade analítica dos estudos do trabalho e os novos desafios interpretativos impostos pelas transformações emergentes.

Por isso, faz-se necessário atualizar quadros teóricos, instrumentos metodológicos e práticas de produção de conhecimento que respondam adequadamente à complexidade atual do mundo do trabalho.

Proposta do INCT Trabalho:

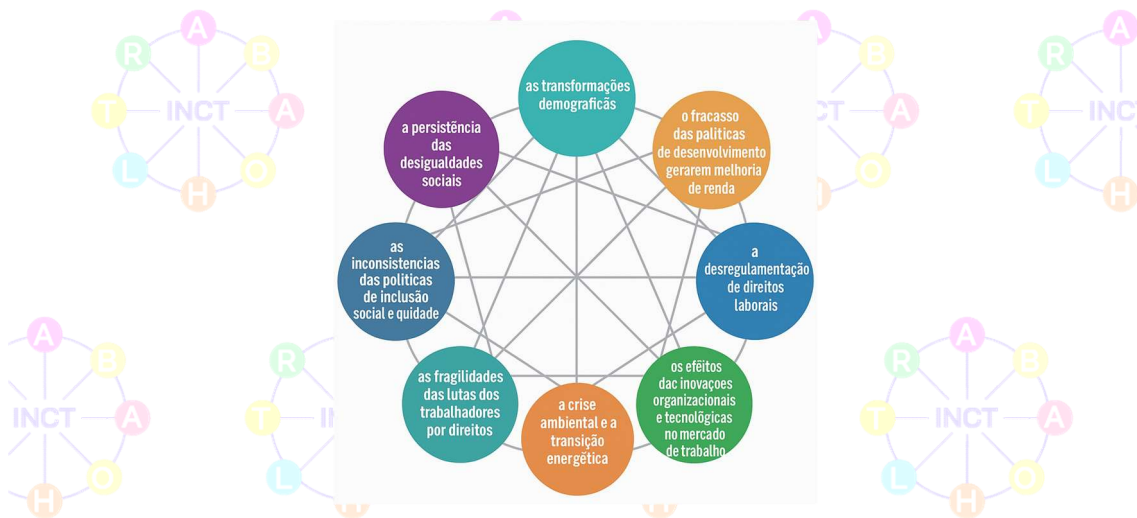
Esse cenário justifica uma proposta de INCT que, baseando-se nas categorias Trabalho, Inclusão e Equidade, visa:

- ❖ Produzir um diagnóstico de conjunto da situação atual do trabalho no Brasil;
 - ❖ Avançar na reflexão teórico-metodológica referente aos estudos do trabalho;
 - ❖ Propor diretrizes para políticas públicas voltadas ao trabalho.
- O INCT Trabalho busca, com isso, favorecer a visibilização e qualificação do debate público sobre o tema do trabalho e contribuir para seu reposicionamento na agenda nacional.
 - A proposta fundamenta-se em um esforço interdisciplinar e em uma ampla rede de colaboração acadêmica nacional e internacional. Apoia-se nos acúmulos gerados por instituições e redes como Rede de Estudos e Monitoramento das Reconfigurações do Trabalho - REMIR-Trabalho, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, Asociación Latinoamericana de Estudios del Trabajo - ALAST, Grupos de Trabalho dedicados ao tema do trabalho e do sindicalismo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS e do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, entre outras.
 - Além de uma sistematização crítica das pesquisas anteriores, o INCT Trabalho prevê a implementação de um programa de pesquisa próprio, articulado a uma interlocução ativa com atores sociais estrategicamente posicionados no mundo do trabalho.

Eixos temáticos da pesquisa:

Para avançar na agenda proposta, foram definidos oito eixos temáticos, que correspondem a situações críticas do mundo do trabalho contemporâneo, seja pela persistência de problemas históricos, seja pela emergência de novas configurações:

- ❖ A incapacidade das políticas de desenvolvimento gerarem melhorias de renda consistentes e duradouras para as classes trabalhadoras;
- ❖ A persistência das desigualdades sociais e sua articulação com os padrões de trabalho;
- ❖ As implicações das transformações demográficas sobre o mundo do trabalho;
- ❖ A tendência de flexibilização do trabalho e a desconstrução dos direitos laborais;
- ❖ Os efeitos das inovações organizacionais e tecnológicas nas dinâmicas ocupacionais e nas relações de trabalho;
- ❖ As implicações da crise ambiental e da transição energética para o trabalho;
- ❖ As fragilidades das lutas das classes trabalhadoras por direitos;
- ❖ As inconsistências das políticas de inclusão laboral e de promoção da equidade.



2. Perguntas principais

Questão principal:

Quais as principais tendências de um mundo do trabalho que se encontra sob intensas e profundas transformações no Brasil, nas suas condições estruturais e experiências subjetivas, considerando-se suas características históricas e as possibilidades de reposicionamento do lugar do trabalho no atual contexto de crise multifacetada?

Condição histórica do trabalho no Brasil:

Quais são as bases objetivas e subjetivas da problemática histórica do trabalho no Brasil, considerando sua condição de economia subdesenvolvida e o papel dependente que desempenha dentro de um contexto reconfigurado na geopolítica internacional?

Como se articulam as transformações contemporâneas do trabalho com os fundamentos histórico-estruturais da concentração de renda, das desigualdades sociais e da reprodução de relações de poder autoritárias e excludentes?

Quais os efeitos do processo continuado de flexibilização dos contratos, das formas de remuneração, das jornadas de trabalho e da proteção social sobre as condições de vida e trabalho da maioria da população?

Transformações atuais com impacto no mundo do trabalho

Que implicações as transformações tecnológicas recentes trazem para as formas de inserção ocupacional, de reconhecimento social e de valorização do trabalho?

Quais as consequências da crise ambiental e da transição demográfica para a sociedade brasileira, especialmente no que se refere às suas condições de ocupação, saúde dos trabalhadores e perspectivas de vida?

Como se conectam e se retroalimentam os impactos sobre o trabalho gerados pela persistência das desigualdades sociais, transformações demográficas, a incapacidade das políticas de desenvolvimento gerarem melhorias de renda consistentes e duradouras para as classes trabalhadoras, a desconstrução de direitos e da proteção social, as inovações tecnológicas, a crise ambiental e a transição energética?

Respostas sociais, políticas e institucionais:

Como se estruturam, se transformam e se reconfiguram as formas de resistência, luta e organização coletiva das classes trabalhadoras frente ao aprofundamento das desigualdades e à precarização?

Como se articulam e se conectam entre si as históricas políticas públicas voltadas à proteção social e a crescente insegurança no mundo do trabalho?

Como representantes dos principais atores sociais — empresários, sindicalistas, gestores públicos, parlamentares, magistrados e membros da sociedade civil — interpretam os desafios históricos e emergentes do mundo do trabalho no Brasil contemporâneo?

Horizontes de futuro:

Como garantir trabalho de qualidade e protegido para o conjunto das classes trabalhadoras, em um contexto de persistente vulnerabilidade social e laboral, mudança

no perfil demográfico, a partir de um horizonte desejado de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável?

Como assegurar a proteção social das pessoas ocupadas diante das altas taxas de informalidade, precariedade e polarização ocupacional?

Quais são as perspectivas para o futuro do trabalho no Brasil, à luz das tendências globais e dos desafios internos relacionados à sustentabilidade social e ambiental?

3. Hipóteses principais

Princípios orientadores das políticas públicas do trabalho:

A efetividade das políticas públicas referidas ao mundo do trabalho exige a indissociabilidade entre ações de geração de trabalho e renda, garantia de proteção social, políticas de desenvolvimento econômico e social, e a garantia de voz, representação e direitos para os trabalhadores.

Ou seja, políticas eficazes de trabalho, ao contrário de se restringem a intervenções pontuais ou emergenciais, são as que contribuem para estruturar compromissos duradouros com a inclusão produtiva, a proteção social e a justiça social no mundo do trabalho, fundando desse modo as bases de um futuro do trabalho com proteção e direitos.

Necessidade de um diagnóstico crítico e atualizado:

Para orientar essas políticas, impõe-se a construção de um diagnóstico de conjunto, capaz de integrar tanto as dinâmicas históricas persistentes quanto as transformações recentes que atravessam o mundo do trabalho. Esse diagnóstico permitirá a compreensão das tendências presentes e dos possíveis cenários futuros da organização do trabalho, da ocupação, dos sentidos do trabalho e das desigualdades laborais.

Tal tarefa demanda um esforço de crítica, atualização e reelaboração dos fundamentos conceituais, analíticos e metodológicos que historicamente orientaram os estudos sobre o trabalho. Trata-se de confrontar os referenciais formulados em contextos anteriores com os desafios contemporâneos, incluindo a reorganização global das cadeias de produção e serviços, o avanço da digitalização da economia, as novas formas de informalidade e os novos impulsos de precarização do trabalho.

Reposicionar o trabalho na agenda pública: da análise à intervenção social:

A efetividade de um diagnóstico com essas características depende não apenas de sua consistência analítica, mas também de sua capacidade de incidir sobre o debate público e fortalecer os esforços da crítica social. Isso significa colocar o conhecimento

produzido a serviço de processos de escuta, mobilização e empoderamento dos sujeitos coletivos do trabalho.

Só assim será possível favorecer o reposicionamento do tema do trabalho na agenda da sociedade, em consonância com os valores da equidade e da inclusão, orientando políticas que enfrentem os desafios emergentes e fortaleçam os direitos dos trabalhadores no Brasil contemporâneo.

4. Objetivo geral e objetivos específicos e metas referidos ao projeto como um todo

Objetivo geral:

Este projeto visa contribuir para um reposicionamento do tema do trabalho na sociedade contemporânea, com foco no Brasil. Para tanto, objetiva produzir, de modo combinado:

- ❖ um diagnóstico de conjunto sobre as transformações que envolvem o mundo do trabalho atualmente,
- ❖ avançar na reflexão e reelaboração conceitual e metodológica, de modo a melhorar a compreensão da natureza, alcance e tendências dessas transformações,
- ❖ e formular diretrizes de políticas públicas referenciadas nos propósitos da inclusão e equidade por meio do trabalho.

Tal esforço deve contribuir, de um lado, para identificar e incorporar as particularidades da realidade do país (com suas diferenças regionais) frente aos contextos globais, contando para isso com um fecundo diálogo com agentes sociais e acadêmicos e as redes de colaboradores estrangeiros integrados ao projeto.

De outro, deve tomar como referências principais:

- ❖ o primado de três categorias chave (e suas interconexões recíprocas), Trabalho, Inclusão e Equidade;
- ❖ uma perspectiva inter, multi e transdisciplinar;
- ❖ a adoção de eixos temáticos estruturados a partir de problemas que desafiam o mundo do trabalho, tais como: a incapacidade das políticas de desenvolvimento gerarem melhorias de renda consistentes e duradouras para as classes trabalhadoras, a persistência das desigualdades sociais, as implicações das transformações demográficas nas dinâmicas do mundo do trabalho, a desconstrução de direitos laborais, os efeitos das inovações organizacionais e tecnológicas no mercado de trabalho, a crise ambiental e climática e suas implicações para o futuro do trabalho, as fragilidades das lutas dos/as trabalhadores/as por direitos, as inconsistências das políticas de inclusão social e equidade.

Objetivos específicos e metas referidos ao projeto como um todo:

Objetivos específicos	Metas
Consolidar um diagnóstico de conjunto sobre as transformações que envolvem o mundo do trabalho atualmente. Diante da magnitude dessas transformações, faz-se necessário um amplo e multifacetado diagnóstico, compreendendo as problemáticas históricas e atuais do trabalho, com especial atenção aos modos de inserção do país nos contextos globais e as diferenças regionais, de gênero, de coraça e geracionais. Tal esforço só é factível no âmbito de um projeto da magnitude do INCT.	6, 22, 23, 44, 45, 46, 47 e 54
Avançar na reflexão e reelaboração conceitual e metodológica. Para a construção do referido diagnóstico, será necessário um esforço articulado visando o desenvolvimento das bases conceituais e das estratégias metodológicas, em perspectiva inter, multi e transdisciplinar, de modo a melhor alcançar a natureza, amplitude e tendências das transformações em curso. Para isso, a integração de redes nacionais e internacionais de pesquisadores de alto nível ao projeto é uma condição indispensável.	48, 49, 50 e 51
Propor diretrizes de políticas públicas referenciadas nos propósitos da inclusão e equidade por meio do trabalho, apoiando-se na realização de um diagnóstico amplo e de conjunto sobre a problemática atual do trabalho no Brasil combinada com um esforço de desenvolvimento conceitual-metodológico sobre essa temática.	52, 53 e 55
O projeto objetiva também dar suporte à ação dos atores sociais com interesse e responsabilidade estratégicos no tema, particularmente às diversas formas de organização das classes trabalhadoras, aqui considerados como os segmentos socialmente mais vulneráveis. Isso, inclusive, visando favorecer a sustentação social das políticas públicas anteriormente referidas, o que implica diálogo com os agentes e instituições públicas no tema.	56, 57 e 58
Consolidar o INCT-Trabalho como um polo interdisciplinar de articulação permanente de redes de pesquisadores nacionais e estrangeiros. Os esforços de produção de um amplo diagnóstico sobre a problemática atual do trabalho no país, de desenvolvimento conceitual metodológico e de produção de subsídios para a ação de gestores públicos e atores sociais visando inclusão e equidade por meio do trabalho serão a base de uma ação permanente e baseada em intensa articulação internacional.	59, 60, 61, 62, 63, 64, 65 e 74
Contribuir para a formação de alunos de iniciação científica e de pós-graduação, assim como para o aperfeiçoamento em nível de pós-doutorado. Como uma experiência de pesquisa baseada em uma rede nacional e internacional, que se volta a um conjunto amplo, multifacetado e articulado de propósitos referidos a uma temática tão fundamental do ponto de vista social e que se encontra sob intensas transformações, visa igualmente propiciar oportunidades ímpares de formação de pessoal qualificado para a pesquisa científica em ciências sociais.	66, 67, 68 e 69
A produção esperada para o INCT-Trabalho será, segundo seus propósitos aqui anunciados, em grande volume e de significativa abrangência e consistência. Requer que seja acompanhada de uma diversificada estratégia visando ampla divulgação, tanto em bases nacionais como internacionais, assim como junto aos meios acadêmicos e à sociedade como um todo.	7, 9, 25, 29, 38, 43, 46, 47, 50, 51, 55, 58, 70, 71 e 72
Desenvolver uma Política de Gestão de Dados com as seguintes garantias: submissão das pesquisas ao conselho de ética da UFPB e da Plataforma Brasil; direitos autorais e de propriedade intelectual quanto aos usos e divulgação dos dados produzidos no âmbito do INCT e por terceiros; armazenamento em condições seguras e acesso e uso dos dados gerados no âmbito do INCT. Tudo isso, em conformidade com a legislação vigente e as normas do CNPq.	73

5. Estratégias metodológicas gerais

A pesquisa estará fundamentada em uma estratégia metodológica múltipla, de natureza quantitativa e qualitativa, orientada tanto à construção de uma análise integrada quanto ao aprofundamento temático a partir dos eixos estruturantes do projeto.

Todo o estudo terá como ponto de partida um amplo e sistemático esforço de construção de estados da arte, organizados por eixos temáticos. Esse levantamento buscará mapear criticamente os acúmulos nacionais e internacionais, dialogando com as tendências gerais do mundo do trabalho e contribuindo para uma fundamentação analítica sólida.

Será realizado um uso extensivo de bases de dados nacionais — como PNAD, PNAD Contínua, Censo Demográfico, Pesquisa Industrial Mensal e Anual, Pesquisas Mensal e Anual de Serviços, Pesquisas Mensal e Anual do Comércio, Sistema de Contas Nacionais, Censo Agropecuário, Pesquisa de Orçamentos Familiares, RAIS/CAGED, entre outras —, além de bases de dados internacionais — como as da OIT, Banco Mundial, OCDE e Cepal. Esses dados servirão de base para a construção de séries históricas e quadros estruturais de suporte ao diagnóstico geral e às análises específicas de cada eixo.

A realização de um SURVEY NACIONAL GERAL desempenhará um papel central na construção do diagnóstico do projeto. Esse survey abrangerá as dimensões contempladas nos diferentes eixos e incluirá questões sobre perfil demográfico, trajetórias laborais passadas, vínculos e condições atuais de trabalho, percepções sobre o trabalho, direitos sociais, formas de luta, organização e ação coletiva, bem como pontos de vista sobre temas políticos relevantes (cultura política), entre outros.

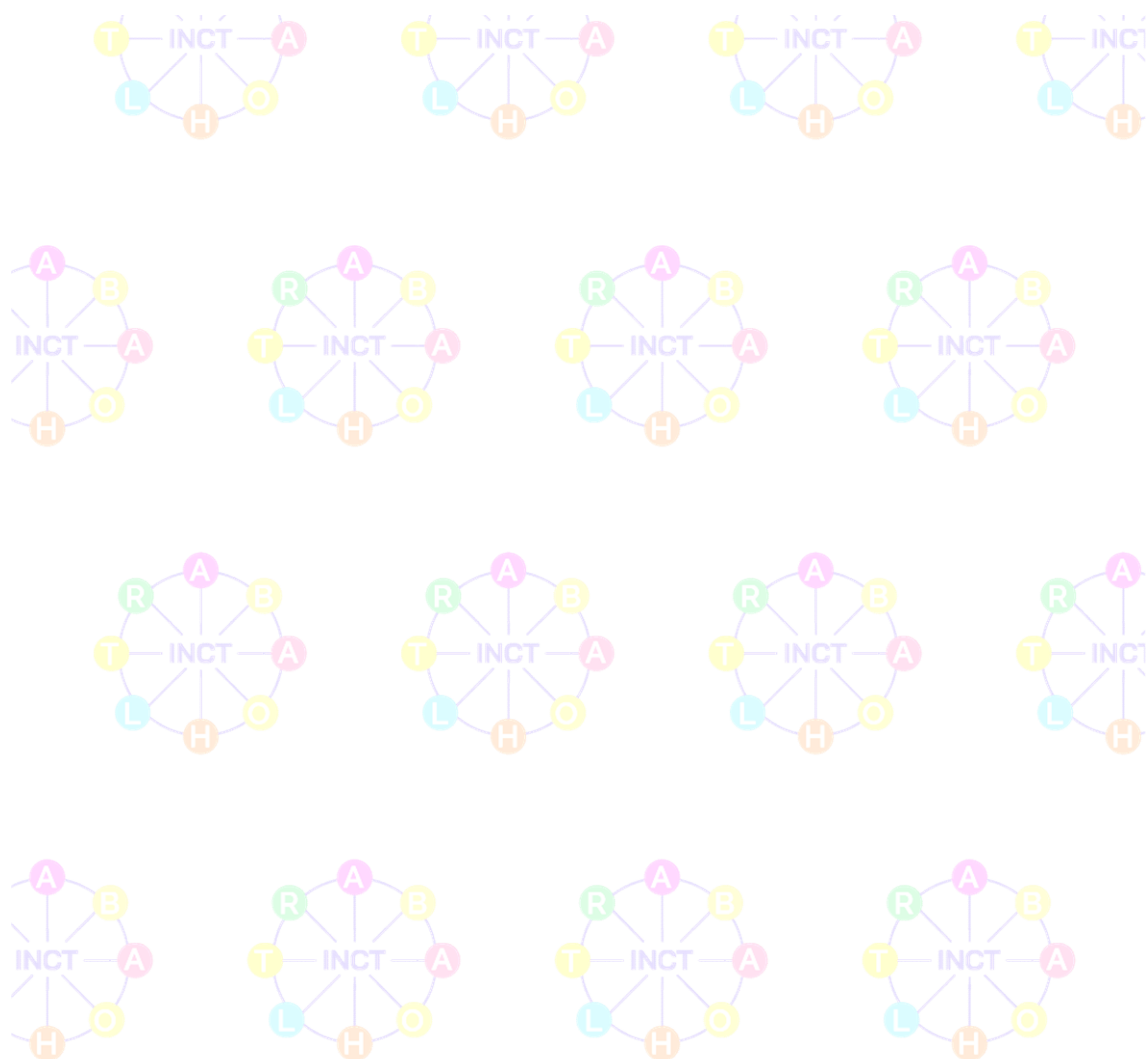
Outro componente essencial da construção do diagnóstico geral será a realização de ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM ATORES ESTRATÉGICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA, incluindo empresários, sindicalistas, políticos de diferentes espectros ideológicos, gestores e agentes públicos, representantes do Judiciário e figuras influentes da sociedade civil. A abordagem desses interlocutores visa captar suas interpretações sobre os oito eixos temáticos do projeto, com ênfases ajustadas conforme suas respectivas áreas de atuação e expertise.

Além disso, cada eixo temático desenvolverá PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS ESPECÍFICOS, tais como entrevistas semiestruturadas, grupos focais, análise documental, observações diretas, entre outros, de acordo com as especificidades empíricas e analíticas de cada temática.

O desenvolvimento conceitual-metodológico e a formulação de diretrizes de políticas públicas e subsídios para os atores sociais serão conduzidos por meio de uma programação de oficinas e seminários, reunindo especialistas de cada eixo estruturante. Nesses encontros, serão debatidos papers e relatórios previamente elaborados, promovendo a troca de saberes e a consolidação coletiva dos resultados parciais.

As ações voltadas à gestão do projeto, à formação de estudantes e pesquisadores, à divulgação dos resultados e à organização dos dados coletados incluirão a realização de

reuniões internas, oficinas, seminários nacionais e internacionais, missões de intercâmbio ao exterior (de ida e volta), cursos de pós-graduação e publicações no âmbito do INCT. A participação dos membros da equipe em eventos acadêmicos e científicos também será incentivada, visando ampliar o compartilhamento e a difusão da produção do Instituto.



PARTE 2 – IDEIAS-CHAVE POR EIXOS TEMÁTICOS

Eixo 1 - A incapacidade das políticas de desenvolvimento gerarem melhorias de renda consistentes e duradouras para as classes trabalhadoras

1. Posicionando o problema específico de pesquisa

Raízes históricas do subdesenvolvimento, da dependência e da desigualdade:

A formação econômica do Brasil, desde a colonização, esteve voltada para o exterior, com base na exportação de produtos primários. Essa orientação dificultou a formação de um mercado interno dinâmico e consolidou um modelo de desenvolvimento dependente das economias centrais, gerando um padrão estrutural de concentração de renda (Furtado, 1959).

Mesmo com a industrialização por substituição de importações a partir dos anos 1930, e depois com a industrialização pesada, a partir dos anos 1950, persistiram desigualdades estruturais, expressas na concentração fundiária, na dependência tecnológica e financeira de capital estrangeiro e na exclusão de amplas parcelas da população dos benefícios do crescimento e da modernização da economia.

O subdesenvolvimento como condição estrutural:

O subdesenvolvimento na América Latina não representou uma etapa transitória rumo ao desenvolvimento. Pelo contrário, resultou da articulação entre relações sociais internas marcadas por desigualdade e domínio de classe, e relações externas de dependência (Fernandes, 1968; Frank, 1978).

O desenvolvimento capitalista na região ocorreu sempre de modo marcadamente desigual, mediado por alianças de classe, intervenção estatal e influxos de capital estrangeiro, percorrendo etapas distintas de dependência externa (Cardoso e Faletto, 1970). A estrutura socioeconômica resultante se fez dependente, heterogênea e combinada, onde formas de produção tradicionais coexistem com padrões capitalistas mais modernos, sem lograr a plena integração da força de trabalho (Quijano, 1970a).

Padrões de desenvolvimento e suas implicações para o trabalho:

A história dos padrões de desenvolvimento no Brasil tem revelado a ausência de um modelo capaz de promover inclusão laboral e social em bases equitativas.

O modelo agroexportador (séculos XVI a XX), que foi forjado no período colonial, organizou-se em torno da grande propriedade fundiária, baseou-se originalmente no

trabalho escravo e manteve formas precárias de trabalho livre após a abolição (Prado Jr., 1942; Furtado, 1959).

A industrialização por substituição de importações (desencadeada a partir dos anos 1930) priorizou o crescimento do setor industrial, a proteção à indústria nacional, o papel ativo do Estado na economia e a criação de instituições de regulação do trabalho e de proteção social (Tavares, 1972; Oliveira, 1972). O modelo de regulação de tipo corporativista, controlado pelo Estado, baseou-se na figura do sindicato tutelado e na vinculação entre acesso à cidadania e inserção no mercado de trabalho formal. Esse arranjo institucional, caracterizado por seu viés seletivo e excludente, foi denominado por Santos (1979) como “cidadania regulada”. No entanto, de forma ambivalente, possibilitou salvaguardas ao funcionamento dos sindicatos, o que tornou a estrutura oficial bastante adaptável aos diferentes arranjos políticos. Mesmo com o segundo impulso industrializante ocorrido nos anos 1950, esse modelo promoveu uma inclusão restrita no mercado de trabalho formal, concentrada no setor urbano-industrial, ao mesmo tempo em que manteve elevados níveis de informalidade no meio rural e nos serviços urbanos.

O modelo desenvolvimentista autoritário (1964–1980) promoveu crescimento econômico acelerado a partir de uma associação iniciada no período anterior que articulou o capital internacional, o capital privado nacional e o capital estatal, sob a primazia do primeiro. Embora tenha ocorrido crescimento do emprego industrial e nos serviços modernos, isso se fez com base em políticas de compressão salarial em um contexto de ganhos de produtividade, controle sindical autoritário, repressão política, restrição à negociação coletiva e expansão da informalidade urbana e do subemprego (Oliveira, 1972; Cardoso, 2010).

O enfrentamento da crise da dívida nos anos 1980 e a inserção do país na globalização financeira dos anos 1990, aprofundaram um processo de desestruturação do mercado de trabalho.

Os períodos de prevalência das políticas neoliberais (1990–2002; 2015–2022), junto com baixo crescimento econômico e tendência à desindustrialização, promoveram desregulamentação, precarização e fragmentação das relações de trabalho, acompanhadas de desemprego estrutural e vulnerabilidade social crescente (Pochmann, 2008; Cano, 2012). No segundo período (2015–2022) ocorreu uma forte regressão social e deterioração das condições de trabalho, acompanhadas do enfraquecimento da justiça do trabalho e do sindicalismo, resultantes principalmente da reforma trabalhista de 2017 e das políticas econômicas e sociais nos governos Temer e Bolsonaro (Krein *et al.*, 2019; Colombi *et al.* 2022).

O neodesenvolvimentismo (2003–2014) impulsionou o crescimento com alguma inclusão via consumo popular, expansão e formalização do emprego e ampliação do acesso à educação e à proteção social, mas manteve limites estruturais como alta rotatividade e baixa densidade tecnológica, assim como continuaram as medidas flexibilizadoras das relações de trabalho (Krein *et al.*, 2012; Baltar e Krein, 2013).

Em todos os períodos, as migrações se afirmam como um fenômeno estrutural do desenvolvimento brasileiro, operando simultaneamente como expressão e vetor das

desigualdades regionais e sociais. A insuficiência das políticas de desenvolvimento e a persistência de assimetrias territoriais atuaram como mecanismos de expulsão da força de trabalho, gerando desenraizamento social, ruptura de trajetórias familiares e descontinuidade dos vínculos ocupacionais.

Historicamente, o deslocamento do campo para as cidades — e das regiões economicamente mais atrasadas para aquelas em maior dinamismo industrial e urbano — foi associado à expectativa de ascensão social, por meio da conquista de um emprego formal e do acesso ampliado a direitos sociais. Contudo, embora parte desses contingentes tenha sido incorporada ao mercado de trabalho formal e protegido, a maioria permaneceu excluída dessas condições. Nas últimas décadas, a reconfiguração do mercado de trabalho, marcada pela informalização, terceirização e precarização das ocupações, estreitou ainda mais as possibilidades de mobilidade social para esses segmentos.

Os migrantes — e, em grande medida, seus descendentes — continuam a se concentrar em nichos econômicos de baixa produtividade e alta rotatividade, frequentemente à margem das políticas de desenvolvimento e de proteção social, o que reforça o caráter circular e persistente das desigualdades que historicamente moldam o mercado de trabalho brasileiro.

Padrões de produção e heterogeneidade ocupacional

O desenvolvimento capitalista no Brasil resultou em uma estrutura produtiva profundamente heterogênea. Passaram a conviver padrões diversos: agricultura de subsistência, produção artesanal, pequenas empresas intensivas em trabalho e grandes empresas intensivas em capital e tecnologia, atividades mercantis simples, emprego público e ocupações sociais. Essa diversidade de formas produtivas e ocupacionais é central para compreender a precariedade, segmentação e marginalização de boa parte da força de trabalho (Quijano, 1970a). Diversas abordagens teóricas foram formuladas para interpretar os modos de articulação entre os setores dinâmicos e os tradicionais, utilizando-se de categorias como funcionalidade, subordinação, complementariedade, dualismo e polarização (Nun, 1969; Quijano, 1970a e 1970b; Cardoso e Faletto, 1970; Oliveira, 1972; Kowarik, 1977; Tokman, 1977; Cacciampali, 1982; Portes, 1984; Kalleberg, 2011).

O impasse atual e os desafios para um novo pacto de desenvolvimento:

A reedição recente de uma agenda de crescimento com retomada do emprego não foi ainda acompanhada por uma reorientação mais profunda do padrão de desenvolvimento. Persistem os desafios de integrar de forma justa a população trabalhadora e de garantir proteção social adequada. A crise ambiental, a transição demográfica, as inovações tecnológicas, acrescidas da crise da capacidade de organização e de representação das classes trabalhadoras, impõem novos limites e demandam respostas estruturais.

Objetivo do eixo temático:

Este eixo temático busca compreender os mecanismos que levaram à incapacidade das políticas de desenvolvimento gerarem melhorias de renda consistentes e duradouras para as classes trabalhadoras. Pretende, também, propor diretrizes de políticas de desenvolvimento capazes de superar os entraves históricos e enfrentar os desafios contemporâneos.

Novos caminhos:

A construção de um novo pacto de desenvolvimento exige a articulação entre políticas de trabalho, educação, proteção social e proteção ambiental. Trata-se de promover um conjunto de políticas públicas de longo prazo voltadas à redistribuição da renda, às oportunidades ocupacionais e às condições de bem-estar, de justiça social e de sustentabilidade ambiental.

2. Perguntas principais

Questão principal:

Como podem ser delimitados e caracterizados os principais padrões de desenvolvimento que se sucederam historicamente no Brasil, do ponto de vista dos fatores de dinamização da economia, do papel do Estado, do tipo de inserção internacional, das estruturas de renda e de consumo, dos regimes de trabalho e dos posicionamentos das principais classes e grupos sociais?

Evolução dos principais indicadores:

Como se comportaram e evoluíram, em cada um desses contextos, os indicadores econômicos: taxa de crescimento geral e por setor da economia, tamanho dos setores da economia em proporção do PIB, taxas de investimento público e privado, balança comercial, nível de endividamento público e externo etc.?

Como se comportaram e evoluíram, em cada um desses contextos, os indicadores sociais: renda per capita, IDH, Índice de Gini, Coeficiente de Theil, Razões de Renda (ratios de percentis), saneamento básico, educação, saúde, habitação, segurança alimentar etc.?

Como se comportaram e evoluíram, em cada um desses contextos, os indicadores ocupacionais: taxas de ocupação, desocupação, informalidade, subutilização da força de trabalho, distribuição da ocupação por posição na ocupação, região, setor econômico, sexo, etnia-raça, geração e escolaridade, índice de precariedade (a ser proposto pela pesquisa), assim como os perfis das ocupações geradas nos setores capitalista, mercantis simples, estatal e as consideradas ocupações sociais?

Como evoluiu historicamente, em cada um desses contextos, o trabalho registrado formalmente: quanto aos tipos de vínculo, renda, jornada, distribuição por setor, distribuição por região e variáveis demográficas, por tamanho de empresas?

Como evoluiu historicamente, em cada um desses contextos, o trabalho informal, segundo os tipos principais (trabalho por conta própria, pejotizado, MEI, trabalho assalariado sem carteira, trabalhos assalariados ocasionais, trabalho doméstico etc.)?

Atuação das classes trabalhadoras:

Sob quais condições, em cada um desses contextos, as classes trabalhadoras atuaram na cena pública nacional e em que medida e direção influíram sobre os padrões de desenvolvimento?

Percepções dos atores estratégicos:

Como representantes dos atores estratégicos da sociedade brasileira (empresários, sindicalistas, políticos de espectros diversos, gestores públicos, agentes do poder judiciário, pessoas influentes da sociedade civil) interpretam os desafios históricos e atuais do desenvolvimento do país, levando em conta sobretudo suas possibilidades de inclusão social?

3. Hipóteses principais

Padrões de desenvolvimento e de inserção social

Os indicadores econômicos, sociais e laborais oscilaram ao longo do tempo, em conformidade com os contextos particulares em que prevaleceram diversos padrões de desenvolvimento. Entretanto, apesar de mudanças estruturais na base produtiva da sociedade, as condições de inserção social e ocupacional ficaram muito aquém do minimamente digno para as maiores parcelas da população trabalhadora (em termos de renda, qualidade das ocupações, proteção social e bem-estar de um modo geral).

Papel do Estado no desenvolvimento e na distribuição da renda/riqueza:

A delimitação do papel do Estado na coordenação da economia se constituiu historicamente em um fator de grande influência sobre os níveis de crescimento e as condições de distribuição de renda e riqueza no país.

Embora tenha prevalecido uma correlação de forças historicamente desfavorável às classes trabalhadoras, registraram-se avanços nas conquistas sociais e na instituição de direitos e de proteção social.

Ainda que o Estado tenha promovido crescimento econômico, uma atuação mais proeminente pode ser um fator de favorecimento do mercado em detrimento da sociedade e de agravamento da concentração de renda. Ou seja, uma presença mais forte do Estado por si só não foi suficiente para imprimir uma melhora nos padrões de distribuição.

Classes trabalhadoras e influência política:

A atuação das classes trabalhadoras na cena pública (na formulação de demandas e na defesa de direitos) constitui um fator central das possibilidades de maior ou menor nível de distribuição de renda. Sua capacidade de influência, contudo, foi sempre efêmera no país, mesmo em governos de centro-esquerda.

Elites econômicas e projeto de desenvolvimento:

O tema do desenvolvimento, especialmente do desenvolvimento com distribuição de renda e promoção do bem-estar social em bases amplas, ademais de ambientalmente sustentável, não constitui uma prioridade para a maioria dos atores que se posicionam em postos chave da economia e do Estado brasileiros.

4. Objetivo específico

Objetivo específico	Metas
Consolidar uma análise sobre os efeitos de diferentes estilos de desenvolvimento sobre a estrutura ocupacional, a regulação do trabalho, a proteção social, as desigualdades sociais, de gênero, raça, regional e geracional. Explicar a permanência de aspectos estruturais do mercado de trabalho, tal como informalidade, os baixos e desiguais salários, a instabilidade, a rotatividade etc. Revisitar os estudos acumulados sobre o tema e produzir uma interpretação sobre ele é um desafio do INCT-Trabalho.	8, 9, 10, 11, 12, 44, 45, 46 e 47.

5. Estratégias metodológicas

A partir de ampla revisão bibliográfica, produzir um estado da arte sobre os estudos realizados no país a respeito do tema do desenvolvimento, em perspectiva histórica e com foco em suas implicações para a geração de trabalho e renda, destacando diferenciações regionais.

Com base em dados secundários disponíveis (IBGE, Banco Central, Ministério do Trabalho, OIT, Cepal, Banco Mundial, OCDE, entre outros), produzir séries históricas sobre:

- ❖ indicadores econômicos (taxa de crescimento geral e por setor da economia, tamanho dos setores da economia em proporção do PIB, taxas de investimento público e privado, balança comercial, nível de endividamento público e externo etc.)
- ❖ indicadores sociais (renda per capita, IDH, Índice de Gini, Coeficiente de Theil, Razões de Renda - ratios de percentis, saneamento básico, educação, saúde, habitação, segurança alimentar etc.)
- ❖ indicadores ocupacionais (taxas de ocupação, desocupação, informalidade, subutilização da força de trabalho, distribuição da ocupação por posição na ocupação, região, setor econômico, sexo, etnia-raça, geração e escolaridade, índice de precariedade etc.)

Inserção de quesitos, no SURVEY NACIONAL GERAL, sobre o tema do desenvolvimento, com foco em suas implicações para a geração de trabalho e renda, visando complementar informações captadas nos bancos de dados disponíveis.

Inserção de questões, nas ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM REPRESENTANTES DOS ATORES ESTRATÉGICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA (empresários, sindicalistas, políticos de espectros diversos, gestores públicos, agentes do poder judiciário, pessoas influentes da sociedade civil), sobre como interpretam o tema do desenvolvimento, com foco em suas implicações para a geração de trabalho e renda.

Com base nessas entrevistas e em pesquisa documental e midiática, apurar os posicionamentos históricos e atuais das principais classes, grupos e agentes sociais sobre o tema do desenvolvimento, com foco em suas implicações para a geração de trabalho e renda.

Realização de 5 estudos de caso quanti e qualitativos sobre aglomerados produtivos (de bens e ou serviços), sendo 1 para cada região do país. Observação do padrão produtivo e dos regimes de trabalho, assim como seus nexos com o conjunto da economia, em perspectiva histórica.

6. Referências bibliográficas básicas

BALTAR, Paulo; KREIN, Dari. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado de trabalho no Brasil. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 68, p. 273-292, 2013.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção. Tese apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1982.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Afiliada, 1970.

CARDOSO, Adalberto Moreira. A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular da desigualdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

COLOMBI, Ana Paula et al. *Panorama do sindicalismo brasileiro 2015-2021*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FRANK, André Gunder. *Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina*. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1978.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

KOWARIK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KREIN, Dari; SANTOS, Anselmo; NUNES, Bartira Tardelli. *Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições. Texto para Discussão*. IE/UNICAMP, Campinas, n. 201, 2012.

KREIN, Dari; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS, Victor. *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, v. 5, n. 2, p. 178–236, 1969.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Estudos CEBRAP, 1972.

POCHMANN, Márcio. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PORTES, Alejandro. *The informal economy: studies in advanced and less developed countries*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

QUIJANO, Aníbal. *Redefinición de la dependencia y proceso de marginalización en América Latina*. CEPAL - División de Asuntos Sociales, 1970a.

QUIJANO, Aníbal. *Imperialismo y marginalidad en América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL, 1970b.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TOKMAN, Víctor E. The informal urban sector in Latin America: theory, evidence, and policy. *International Labour Review*, v. 114, n. 1, p. 1–13, 1977.

Eixo 2 - A resiliência das desigualdades sociais

1. Posicionando o problema específico de pesquisa

Justificativa do estudo das desigualdades

O estudo das desigualdades requer um olhar histórico e interdisciplinar, que seja capaz de compreender os mecanismos estruturais e inerciais de sua reprodução, de suas variações e de sua natureza multidimensional (Cardoso, 2010; Pochmann, 2027; Dedecca e Trovão, 2020).

O tema se justifica por ser essa uma das condições estruturantes da sociabilidade brasileira. Não só por ser esta uma das sociedades mais desiguais do mundo, mas também porque ganha relevância tratar dos motivos de sua persistência (Cardoso, 2010).

Em todo o mundo, o tema ganha nova atenção, em razão dos indicadores de crescimento generalizado das desigualdades (Piketty, 2014; Pochmann, 2017; Dedecca e Trovão, 2020).

As desigualdades de renda, gênero, raça, geração e regional são fatores constitutivos da realidade brasileira, nas suas dinâmicas próprias e combinadas. Apesar de importantes iniciativas e lutas sociais em torno do tema, discutir sua persistência continua sendo uma dimensão essencial para a compreensão dessa realidade, em sua conformação histórica e atual.

Fundamentos históricos da desigualdade no Brasil

Considera-se que se encontram nas bases de construção da ordem social desigual brasileira, pelo menos os seguintes processos (Cardoso, 2010):

- ❖ A construção do Estado no país;
- ❖ A incorporação dos trabalhadores na dinâmica capitalista a partir da escravidão (transição para o trabalho livre, formação de classe);
- ❖ A estruturação da sociabilidade capitalista no país ao longo do tempo;
- ❖ A construção das aspirações e projetos de vida das classes trabalhadoras;
- ❖ A construção dos mecanismos de legitimação e reprodução sociais.
- ❖ Constituição das instituições políticas a partir da propriedade da terra.

- ❖ A estrutura social e a exclusão da participação das classes trabalhadoras nos momentos de inflexão política.
- ❖ O esforço de industrialização do país, não veio acompanhado por esforço de inclusão social.
- ❖ A prevalência de um mercado de trabalho com excedente estrutural de força de trabalho, por meio da migração massiva e da não realização da reforma agrária.
- ❖ A ditadura militar impulsionou uma modernização conservadora.
- ❖ A prevalência de políticas sociais seletivas e insuficientes.
- ❖ A resistência das elites políticas e econômicas para qualquer projeto de inclusão social
- ❖ Estrutura tributária regressiva.

Mecanismos de reprodução das desigualdades

Os mecanismos de reprodução das desigualdades se referem às condições de determinação de oportunidades e chances para os indivíduos, grupos e classes sociais, somando-se as de tipo:

- ❖ *Ex ante*: condições herdadas de suas famílias, que influem no acesso a renda, bens, serviços, status social e recursos de poder;
- ❖ *Ex post*: que atuam na distribuição efetiva dos frutos do trabalho social, seja ela feita pelo mercado ou pelo Estado; na distribuição das recompensas estatutárias, não importa se negociadas no cotidiano das relações sociais ou se transferidas pela tradição ou por herança; nos mecanismos relativamente anônimos e automáticos de perpetuação do *status quo ante*; na alocação social dos recursos de poder e das possibilidades reais que indivíduos, famílias, grupos e classes sociais têm de mudar para melhorar sua posição, no acesso aos direitos civis, políticos e sociais (Cardoso, 2010).

Embora a maior parte das desigualdades sejam determinadas no setor privado, mais especificamente, no mercado de trabalho, o Estado tem papel importante sobre elas, considerando-se seus efeitos diretos e indiretos, ao pagar salários, definir tributos, conduzir políticas econômicas e sociais (Medeiros e Souza, 2013).

Legitimidade da ordem social desigual no Brasil:

Considerando-se a correlação entre a reprodução da ordem social, a percepção das desigualdades e os sentidos de justiça, torna-se central, no estudo das desigualdades, a compreensão dos mecanismos de legitimação da ordem social (justificação das posições

que as pessoas ocupam na ordem social e dos mecanismos pelos quais elas consentem na relação de dominação/subordinação). No Brasil, em especial, isso se justifica porque, embora haja percepção das desigualdades e da injustiça, essa realidade não resultou em movimentos de contestação mais amplos (Cardoso, 2010).

No caso brasileiro, a legitimação de uma ordem social marcadamente desigual tem a ver com vários fatores, que alimentaram nos trabalhadores a expectativa de inclusão no mundo regulado dos direitos sociais e do trabalho; expectativa que, cumprida vez por outra ao longo da vida de quase todos, transformou-se num dos principais elementos de legitimação da ordem desigual, e de reprodução das desigualdades (Cardoso, 2010).

Também vale para o Brasil (Souza, 2009) a ideia de que a legitimação do mundo moderno como mundo “justo” está fundamentada na “meritocracia”, ou seja, na crença de que superamos as barreiras de sangue e nascimento das sociedades pré-modernas e que hoje só se leva em conta o “desempenho diferencial” dos indivíduos. As desigualdades são propostas como resultado de esforço individual, e não de determinações estruturais (como origem social, classe, raça, acesso à educação etc.).

Problema central do eixo temático:

Diante desse cenário, o problema central é o de buscar compreender os mecanismos e condições, históricas e atuais, que têm favorecido a reprodução das desigualdades sociais no Brasil (em suas múltiplas formas de manifestação) e os modos de sua legitimação social; assim como, propor orientações de políticas públicas que sejam capazes de enfrentar tais mecanismos e condições.

Nos contextos mais recentes, atenção especial deve ser dada, quanto à apreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades e os modos de sua legitimação social:

- ❖ À aferição das tendências recentes da evolução histórica das desigualdades sociais no país;
- ❖ Ao seu caráter multidimensional, referido a classes sociais, gênero, etnia-raça, geração, origem territorial etc. (Gonzalez e Hasenbalg, 1982; Abreu *et al*, 1994; Abramo, 2004; Guimarães, 2016; Vêras de Oliveira e Rodgers, 2022).
- ❖ Aos novos sentidos de valor e de riqueza (que embasam o conceito de desigualdade) trazidos com a crise climática (considerando-se as implicações econômicas e sociais das catástrofes climáticas e os novos padrões de disputas pelo acesso aos recursos naturais) e com a era digital (considerando-se a centralidade crescente do controle das informações nas novas dinâmicas de acumulação);
- ❖ À emergência de um fenômeno religioso com forte e crescente influência política (que legitima uma visão conservadora do mundo);

- ❖ A um crescente apelo fetichista tecnológico na era do capitalismo digital (que esvazia a política);
- ❖ À disseminação do discurso do empreendedorismo (que esvazia a luta por direitos);
- ❖ Ao efeito de fragmentação, individualização, heterogeneização e privatização das relações de trabalho, com desregulamentação dos direitos (que esvazia os sentidos de comum, coletivo e público).
- ❖ Ao medo, insegurança e indiferença instaurados em um contexto marcado por violência, falta de proteção, desconfiança das instituições públicas, crise de representação das organizações dos trabalhadores, crescente manipulação no campo das comunicações e naturalização do absurdo e do grotesco, com base em um discurso negacionista e anti-ciência.

2. Perguntas principais

Questão principal:

Quais as principais tendências das desigualdades sociais no Brasil ao longo das últimas décadas, quando observadas com um foco prioritário no trabalho, e que perspectivas se delineiam para o futuro, levando em conta suas múltiplas dimensões — classe, gênero, raça, geração e território?

Mecanismos de reprodução das desigualdades:

Quais os mecanismos (sociais, econômicos, políticos, institucionais, culturais) que atuam na sociedade brasileira no sentido da reprodução das desigualdades sociais?

Dentre esses, quais aqueles que se originam de processos históricos e quais resultam de transformações recentes?

Quais as formas e graus de conexão entre tais mecanismos e as dinâmicas que estruturam o mundo do trabalho?

Dados, indicadores e ferramentas de análise:

Quais as potencialidades e limites das bases de dados existentes no país no sentido de fornecerem indicadores confiáveis sobre desigualdades sociais?

Qual o potencial analítico de categorias como interseccionalidade, coexistência e consubstancialidade para dar conta da interpretação das dinâmicas sociais da desigualdade no país?

Políticas públicas e enfrentamento das desigualdades:

Qual a efetividade (potencialidades e limites), em perspectiva histórica, das políticas públicas de combate à pobreza e às desigualdades no país, país, com ênfase na regulação e proteção do trabalho?

3. Hipóteses principais

Centralidade e persistência das desigualdades:

As desigualdades sociais são uma das condições estruturais dentre as mais centrais na sociabilidade brasileira e persistem como problema atual.

Multidimensionalidade e interseccionalidade das desigualdades:

As desigualdades sociais são de caráter multidimensional e se manifestam de forma intrincada entre si - envolvendo dimensões como classe, gênero, etnia-raça, geração, origem territorial etc.

Diálogos entre heranças históricas e processos sociais recentes:

Processos sociais recentes (relacionados ao avanço do neoliberalismo e de políticas econômicas que tendem para a autorregulação do mercado, à crise climática, às inovações tecnológicas, à transição demográfica, entre outros) atualizam (sem anular ou contrapor) os processos históricos de geração de uma ordem marcadamente desigual (relacionados com a herança escravagista, o papel do Estado, a construção dos mecanismos de legitimação e reprodução sociais etc.).

Disputas de sentido e novos mecanismos de legitimação:

Novas condições de legitimação social das desigualdades se afirmaram no contexto brasileiro a partir da emergência de novos discursos (religioso, empreendedorista, fetichista tecnológico, negacionista, de desqualificação da proteção social, entre outros).

As mídias sociais jogam um papel crescente nas novas conformações discursivas, as quais disputam valores e narrativas, com grande potencial de manipulação da opinião pública.

4. Objetivo específico

Objetivos específicos	Metas
<ul style="list-style-type: none">. Consolidar uma análise sobre a persistência histórica das desigualdades sociais no Brasil, considerando-se as clivagens de classe, de região, de gênero, de cor-raça e de geração.. Produzir uma interpretação consistente, consolidando as análises acumuladas, retomando em perspectiva histórica as estatísticas sociais e agregando a realização de novos estudos qualitativos.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 44, 45, 46 e 47

5. Estratégias metodológicas

A partir de ampla revisão bibliográfica, produzir um estado da arte sobre os estudos realizados no país a respeito do tema das desigualdades sociais (de cor/raça, classe social, gênero, geração, região e outras).

Com base em dados secundários disponíveis (especialmente, a partir dos microdados dos Censos, desde 1960, e das PNADs), montar dois bancos de dados, para sustentar a produção de duas séries históricas:

- ❖ Primeira: sobre desigualdades de acesso a condições dignas e decentes de trabalho (levando em conta as clivagens acima);
- ❖ Segunda: sobre desigualdades educacionais (levando em conta as clivagens acima).

Inserção de quesitos, no SURVEY NACIONAL GERAL, sobre o tema das desigualdades sociais, visando complementar informações captadas nos bancos de dados referidos a este tema.

Inserção de questões, nas ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM REPRESENTANTES DOS ATORES ESTRATÉGICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA (empresários, sindicalistas, políticos de espectros diversos, gestores públicos, agentes do poder judiciário, pessoas influentes da sociedade civil), sobre como interpretam o tema das desigualdades sociais e sua persistência histórica.

Com base nessas entrevistas e em pesquisa documental e midiática, apurar os posicionamentos históricos e atuais das principais classes, grupos e agentes sociais sobre o tema das desigualdades sociais e sua persistência histórica.

Realização de 5 estudos de caso quanti e qualitativos de corte interseccional sobre desigualdades nas 5 regiões do país, sendo 1 para cada região. Observar sobre como se articulam desigualdades de renda e regimes de trabalho.

6. Referências bibliográficas básicas

ABRAMO, Laís ¿Inserción laboral de las mujeres en América latina: una fuerza de trabajo secundaria? *Estudios Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; JORGE, Angela Filgueiras; SORJ, Bila. Desigualdade de gênero e raça: o informal no Brasil em 1990. Estudos Feministas, 1994.

CARDOSO, Adalberto. A construção da sociedade do trabalho no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

DEDECCA, Claudio Salvadori; TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. Sobre desigualdades no Brasil: passado, presente e futuro. RBEST Rev. Bras. Eco. Soc. Trab. / BJSLE Braz. J. Soc. Lab. Econ., Campinas, v. 2, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar do Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Desigualdade e diversidade: os sentidos contrários da ação. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

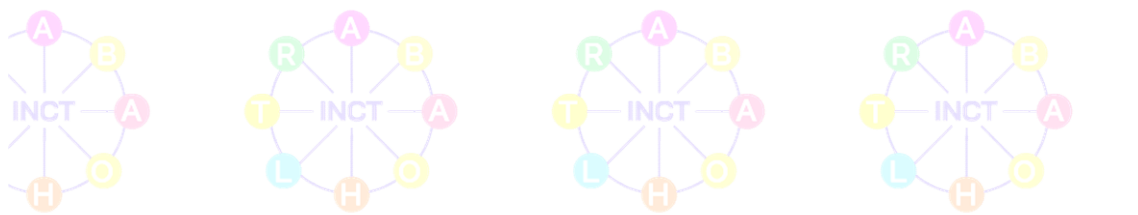
MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano Ferreira de. Estado e desigualdade de renda no Brasil: fluxos de rendimentos e estratificação social. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 28, Nº 83.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, Márcio. A desigualdade hereditária: origem e trajetória no Brasil. 01. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017. v. 01. 171p.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Civilização Brasileira, 2022.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; RODGERS, Gerry (2022). Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2022.



Eixo 3 - As transformações demográficas e a inserção laboral

1. Posicionando o problema geral de pesquisa

Conceito e características gerais da transição demográfica:

O termo “transição demográfica” vem sendo empregado para descrever o processo pelo qual uma sociedade passa de um padrão de altas taxas de natalidade e mortalidade para um padrão de baixas taxas, geralmente como resultado do desenvolvimento econômico, social e sanitário.

Esse processo está associado a transformações profundas na estrutura populacional e culmina com a estabilização ou declínio da população, acompanhado de seu envelhecimento.

Trata-se de um processo histórico universal, embora ocorra em ritmos diferentes em cada país, refletindo mudanças no comportamento reprodutivo e nas condições de vida da população (Saad, Miller, Marínez, 2009). Traz, como consequências, efeitos diretos sobre políticas sociais (saúde, educação, previdência), planejamento urbano, mercado de trabalho e sustentabilidade econômica e ambiental.

O bônus demográfico e seus limites:

Um momento particular da transição demográfica se refere ao “bônus demográfico” (ou dividendo demográfico), que ocorre quando as taxas de fecundidade caem, mas o envelhecimento populacional ainda não atingiu níveis elevados, com a proporção da população em idade ativa (15 a 64 anos) sendo maior do que a proporção de crianças e idosos dependentes. Isso cria uma janela de oportunidade econômica, pois em tal situação há mais pessoas potencialmente produtivas e menos pessoas dependentes (Guzmán, 2006; Saad, Miller, Marínez, 2009).

Os benefícios do “bônus demográfico” não são automáticos, dependem de políticas públicas eficazes (de educação, emprego, inclusão social, igualdade de gênero etc.). Ele tende a durar algumas décadas, variando conforme a velocidade da transição demográfica, sendo seguido por um período de envelhecimento populacional acelerado, que inverte a proporção: mais idosos e crianças e menos pessoas economicamente ativas.

A situação do Brasil:

O Brasil (assim como a América Latina, de modo geral) se encontra em um quadro de aguda transição demográfica, com queda nas taxas de fecundidade (já tendo percorrido em fase anterior momento de significativas quedas na mortalidade) e envelhecimento acelerado da população, mas ainda está inserido no grande ciclo de crescimento absoluto da sua população (Brito, 2008).

A transição demográfica não é neutra. Manifesta-se diferentemente segundo as diversidades regionais e, principalmente, sociais, podendo ser um fator de diminuição ou agravamento das desigualdades sociais. No caso brasileiro, sua originalidade tem forte correspondência com a estrutura desigual do país e seus desdobramentos dependem de políticas públicas (Brito, 2008).

Quanto ao bônus demográfico, o Brasil se encontra atualmente em sua fase final, tendo iniciado nos anos 1980 e com previsão de se estender até aproximadamente 2030. A taxa de fecundidade caiu rapidamente e a população em idade ativa atingiu seu auge em torno de 2020–2022. Atualmente, o país ainda tem maioria da população em idade produtiva, mas essa vantagem está diminuindo rapidamente.

Segundo dados do Censo de 2022, já se registra uma queda expressiva na proporção de jovens (0–14 anos) na população, de 24,1%, em 2010, para 19,8%, em 2022. Houve aumento da idade mediana, de 29 anos, em 2010, para 35 anos em 2022. A proporção de pessoas com 65 anos ou mais passou de 7,4%, em 2010, para 10,9%, em 2022. As projeções do IBGE indicam que a população atingirá o pico em 2041, com cerca de 220,4 milhões de habitantes. Após 2041, espera-se queda contínua, chegando a cerca de 199 milhões em 2070.

Embora o número de dependentes, jovens e idosos, em relação à PIA, tenha permanecido em um patamar ainda relativamente baixo (fenômeno do bônus demográfico), a realidade social do país, marcada por profundas desigualdades e pelo trabalho informal e precário como característica histórica, impõe limites aos benefícios propiciados por esse momento. Ainda assim, projeta-se que haverá um aumento da razão de dependência (razão entre a população dependente - crianças + idosos - e a população em idade ativa – a PIA, envolvendo pessoas com 15 a 64 anos), de ~30%, em 2020, para 42,6%, em 2060.

Estudo com base na PNAD, abrangendo o período 1992 a 2012 (Barbosa, 2014), avaliou que apesar da taxa de participação (PEA/PIA) no país ter se mantido relativamente estável, registrou-se tendência de queda na taxa de participação dos homens e de elevação entre as mulheres (neste caso, em razão de fatores como: queda da taxa de fecundidade, aumento da escolaridade feminina, necessidade de complementação de renda no domicílio, entre outros), que, não obstante, permanece mais baixa do que a dos homens. No que se refere à taxa de participação dos indivíduos com mais de 65 anos, apresentou tendência declinante ao longo de todo o período (provavelmente por fatores como: discriminação, aumento da competitividade no mercado de trabalho e crescimento do desalento nessa faixa de idade) (Camarano *et al*, 2014a). E ainda com base nos dados do Censo de 2022, confirma-se que a tendência do envelhecimento no Brasil atinge todos os grupos étnico-raciais, com maior presença de pessoas acima de 30 anos e queda entre os mais jovens. A população amarela apresenta a maior proporção de idosos (29%) e a menor de crianças (11,3%). O índice de envelhecimento nacional foi de 80,0 (80 pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 de até 14 anos). Os valores mais altos foram da população amarela (256,5), preta (108,3) e branca (98,0). Os mais baixos, da parda (60,6) e indígena (35,6). Todos os grupos apresentaram crescimento desse índice em relação a 2010 (Censo 2022).

O ônus demográfico e o envelhecimento populacional:

Depois do bônus demográfico virá o “ônus demográfico” (Barbosa, 2014).

O Brasil está diante de um novo paradigma demográfico, bastante diferente do observado nos anos 1950: famílias de filho único; esperança de vida ao nascer e nas idades avançadas em rápido crescimento; e mudanças na estrutura etária no sentido do seu superenvelhecimento (Camarano *et al*, 2014a).

As projeções indicam que o envelhecimento populacional será um desafio central nas próximas décadas, exigindo reformas nas áreas de previdência, saúde, assistência social e mercado de trabalho.

A se levar em conta esse contexto, uma atenção especial deve ser dada aos jovens e aos idosos. No primeiro caso, trata-se de um segmento em declínio, mas ainda muito expressivo. Isso deveria ser uma oportunidade para melhorar os serviços com educação juvenil e sua universalização, bem como para melhorar sua inserção no mercado de trabalho. No que se refere aos idosos, apresentam crescimento acelerado, aumentando, conseqüentemente, sua participação relativa na população, exigindo uma redefinição de todas as políticas públicas voltadas para esse segmento populacional (oportunidades de trabalho, previdência, cuidados etc.).

Tudo isso, coloca pressão crescente sobre o financiamento da seguridade social (previdência, saúde e assistência social). Cresce a demanda por políticas de cuidado, especialmente para idosos, o que será por outro lado uma fonte de geração de ocupações. Projeta-se grande impacto sobre a sustentabilidade dos sistemas públicos com base contributiva.

É preciso, portanto, integrar os fatores etários na análise das dinâmicas do trabalho, considerando a queda no contingente de pessoas em idade ativa a partir de meados do século e suas implicações na oferta de trabalho, no contexto de profundas mudanças tecnológicas, que aumentam a produtividade do trabalho. Isso exigirá estudos sobre que atividades sociais poderiam ser desenvolvidas para as pessoas mais idosas, como reorientar a qualificação profissional e formação escolar, como suprir lacunas na força de trabalho.

Por fim, é preciso considerar os fluxos migratórios pois, ainda que seu peso estatístico não seja significativo, eles possuem impactos sociais relevantes, que variam conforme a qualificação e o tipo de ocupação no qual os migrantes se inserem. A dinâmica de expulsão e a atração de trabalhadores tampouco é indiferente às desigualdades de gênero e de raça. Se, de um lado, a migração é uma tradicional estratégia diante da escassez de postos de trabalho de qualidade e da falta de alternativas para obtenção de renda, de outro, observa-se o fenômeno da fuga de cérebros, devido à falta de correspondência entre o diploma alcançado - especialmente após a ampliação do ensino superior - e os empregos disponíveis. No âmbito interno, a migração do campo para as cidades se esgotou, sendo substituída por uma outra dinâmica, em que os trabalhadores se deslocam das grandes cidades em busca de qualidade de vida e oportunidades de emprego em cidades médias. Já a migração de brasileiros para países do Norte atinge tanto trabalhadores escolarizados, de classe média (engenheiros, advogados), quanto os que se dedicam a ocupações manuais de baixa qualificação (construção civil, entrega de

mercadorias) e ao trabalho de cuidados (de casas e de pessoas). Ao mesmo tempo, o Brasil atrai trabalhadores provenientes de países que sofrem com a deterioração de suas condições econômicas e políticas (bolivianos, venezuelanos, haitianos, alguns países africanos), que se inserem em setores como confecção, indústria de alimentos, bares, hotéis e restaurantes, o que traz desafios para sua integração ao sistema previdenciário, bem como para o acesso à saúde e à assistência social (Basso, 2013; Villen, 2018; Rocha Lemos e Shinohara Roncato, 2023).

Problema central do eixo temático:

Diante desse quadro, o problema central deste eixo temático é o de buscar compreender quais as principais implicações da transição demográfica no mundo do trabalho e na proteção social; assim como, propor orientações de políticas públicas que sejam capazes de potencializar o “bônus” e superar o “ônus” demográfico.

2. Perguntas principais

Questão principal:

Como a transição demográfica em curso no Brasil — do bônus demográfico ao envelhecimento populacional — interage com as transformações econômicas, tecnológicas e ambientais, assim como com os padrões culturais e de consumo, e de que maneira afeta as desigualdades sociais e as condições de trabalho e proteção social, colocando novos desafios para as políticas públicas voltadas para as populações que vivem do seu trabalho?

Evolução da estrutura etária e da razão de dependência:

Como tem evoluído a razão de dependência na população brasileira (enquanto um indicador demográfico que mede a razão entre a população dependente - crianças + idosos - e a população em idade ativa - a PIA, envolvendo as pessoas de 15 a 64 anos)? O que esperar da evolução futura dessa razão?

Impactos do bônus demográfico na economia, trabalho e desigualdades

Que impactos tem tido o período do bônus demográfico no Brasil na economia, nos níveis de desigualdade de renda e na estrutura e condições de inserção ocupacional e de proteção social da população, considerando-se as diferenças entre trabalhadores formais e informais, homens e mulheres, não brancos e brancos, setores da economia, regiões, níveis de escolaridade, entre outras?

Desafios do pós-bônus e do envelhecimento populacional:

Que desafios se colocam no Brasil, com o fim do bônus demográfico e o rápido envelhecimento da população, no que se refere à reestruturação da economia e quanto aos níveis de desigualdade de renda e à estrutura e condições de inserção ocupacional e de proteção social da população, considerando-se as diferenças entre trabalhadores formais e informais, homens e mulheres, brancos e não brancos, setores da economia, regiões, níveis de escolaridade, entre outras?

Intersecções entre transformações demográficas, tecnológicas e ambientais, estilos de desenvolvimento e modos de viver:

Como as implicações para o trabalho trazidas pelas transformações demográficas se cruzam com as mudanças do mundo do trabalho em suas diversas dimensões?

Direcionamento das políticas públicas no contexto demográfico:

Quais os desafios das políticas públicas de modo a melhor aproveitar o que resta de bônus demográfico e a enfrentar os desafios trazidos com a aceleração do envelhecimento da população, prioritariamente no que se refere ao tema do trabalho?

Que desafios específicos coloca a transição demográfica para as políticas públicas, diante das condições históricas e multidimensionais de desigualdades sociais e de precariedade na experiência do trabalho vividas no país por boa parte da população?

3. Hipóteses principais

Desigualdades sociais persistentes no contexto da transição demográfica:

Os impactos trazidos pela transição demográfica têm concorrido para uma atualização e até um aprofundamento das desigualdades sociais, vistas em perspectiva multidimensional.

As políticas públicas voltadas à população trabalhadora (de saúde, cuidado, oportunidades de trabalho e renda, previdência etc.) não têm sido efetivas em produzir condições especialmente mais favoráveis para os segmentos socialmente mais vulneráveis da população no período da transição demográfica no país (jovens, idosos, mulheres, não brancos, pobres, entre outros), tornando as condições de vida muito distintas para diferentes segmentos sociais.

Limites e descompassos no aproveitamento do bônus e preparação para o ônus demográfico:

A transição demográfica no Brasil, do ponto de vista do trabalho e da proteção social, não tem sido beneficentemente aproveitada na sua fase de “bônus demográfico” e não está sendo adequadamente preparada quanto à sua fase de “ônus” (envelhecimento acelerado da população).

Reestruturações econômicas impulsionadas pela transição demográfica:

A transição demográfica influencia a reestruturação da economia (invertendo as proporções entre os segmentos ativos e inativos da população; produzindo novas demandas e maior relevância dos setores de saúde e de cuidados; redefinindo tipos de produtos demandados pela população etc.).

4. Objetivo específico

Objetivo específico	Metas
Analisar as mudanças no perfil demográfico da população brasileira, com foco em seus impactos sobre a força de trabalho e as políticas públicas associadas. O aumento da expectativa de vida e a redução da taxa de natalidade favorecem o envelhecimento progressivo da população, impactando a oferta de trabalho, o financiamento da seguridade social, as demandas por qualificação e as políticas de proteção social. Também merece destaque o processo migratório, devido ao seu potencial impacto futuro.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 44, 45, 46 e 47

5. Estratégias metodológicas

A partir de ampla revisão bibliográfica, produzir um estado da arte sobre os estudos realizados no país a respeito do tema da transição demográfica, com foco em suas implicações para o mundo do trabalho e a proteção social.

Com base em dados secundários disponíveis (IBGE, Banco Central, Ministério do Trabalho, OIT, Cepal, Banco Mundial, OCDE, entre outros), produzir séries históricas (diferenciadas por sexo, etnia/raça, geração, região do país, níveis de escolaridade, faixas de renda, entre outras clivagens) sobre: taxas de natalidade e de mortalidade; expectativa média de vida; razão de dependência na população brasileira (proporção dos economicamente inativos frente aos ativos).

Inserção de quesitos, no SURVEY NACIONAL GERAL, sobre o tema da transição demográfica no país, visando complementar informações captadas nos bancos de dados disponíveis.

Inserção de questões, nas ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM REPRESENTANTES DOS ATORES ESTRATÉGICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA (empresários, sindicalistas, políticos de espectros diversos, gestores públicos, agentes do poder judiciário, pessoas influentes da sociedade civil), sobre como

interpretam o tema da transição demográfica, com foco em suas implicações para a geração de trabalho e renda e para a proteção social.

Com base nessas entrevistas e em pesquisa documental e midiática, apurar os posicionamentos históricos e atuais das principais classes, grupos e agentes sociais sobre as implicações da transição demográfica para o trabalho e a proteção social.

Realização de 5 estudos de caso quanti e qualitativos, com recorte territorial, sobre as implicações da transição demográfica para segmentos mais vulneráveis da população (selecionados entre jovens, idosos, não brancos, moradores de periferia e mulheres). Observação sobre estrutura e condições de ocupação e de renda e condições de proteção social.

6. Referências bibliográficas básicas

BARBOSA, Ana Luiza N H. Participação feminina na força de trabalho brasileira: evolução e determinantes. In: Camarano, Ana Amélia (org.). Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

BASSO, Pietro. Imigração na Europa. Características e perspectivas. In: ANTUNES, Ricardo (org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRITO, Fausto. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008.

CAMARANO, Ana Amélia et al. A população brasileira e seus movimentos ao longo do século XX. In: Camarano, Ana Amélia (org.). Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: IPEA, 2014a.

CAMARANO, Ana Amélia et al. Desigualdades na dinâmica demográfica e as suas implicações na distribuição de renda no Brasil. In: Camarano, Ana Amélia (org.). Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: IPEA, 2014b.

GUZMÁN, J. M. Transición demográfica, bono demográfico, envejecimiento y transferencias intergeneracionales. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 2, Guadalajara, 2006.

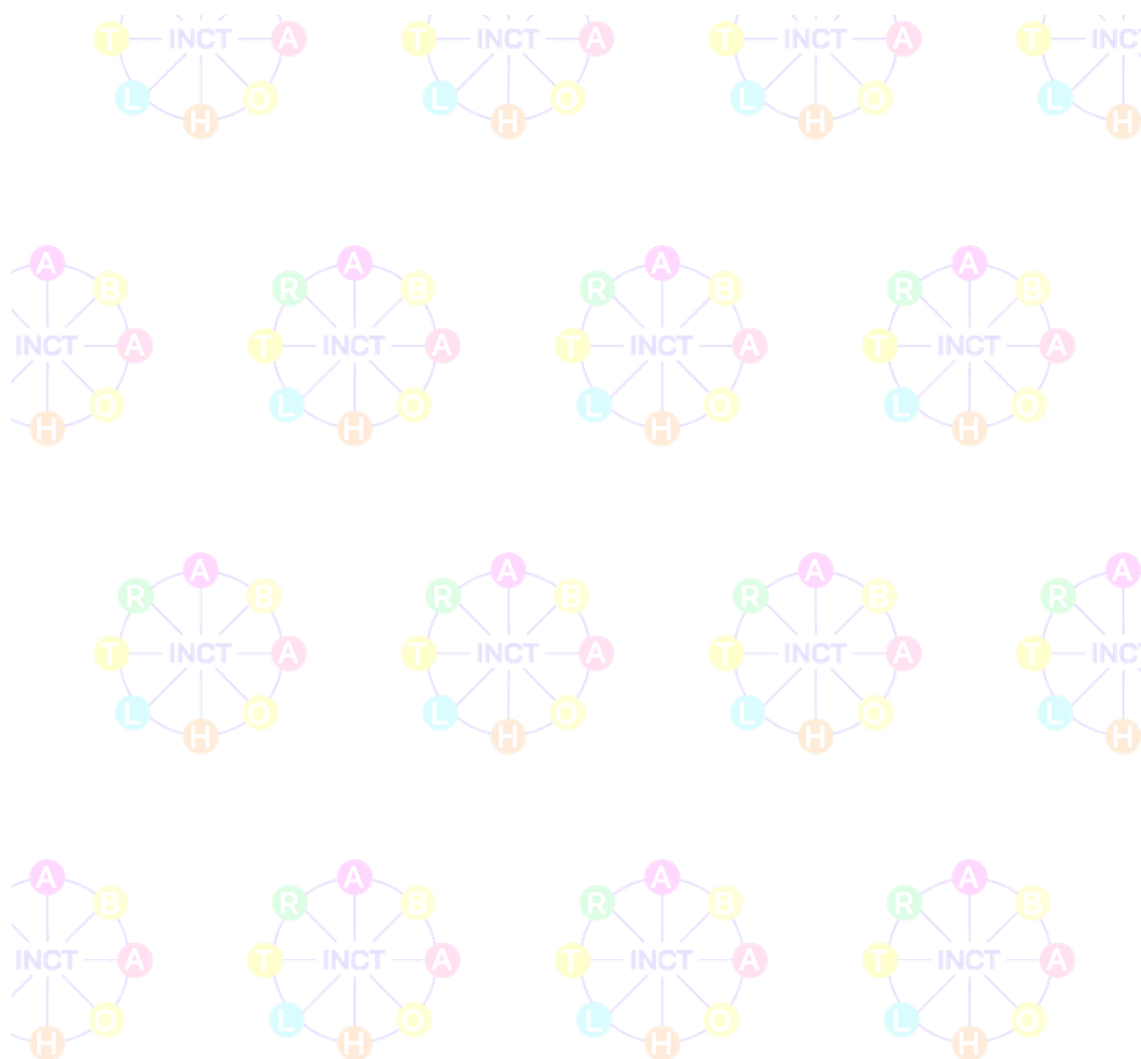
ROCHA LEMOS, Patrícia; SHINOHARA RONCATO, Mariana. Gênero, raça e migrações internacionais: um debate marxista. *Geminal: Marxismo e Educação Em Debate*, 15(3), 225–239, 2023.

SAAD, Paulo Murad; MILLER, Tim; MARTÍNEZ, Ciro. Impacto de los cambios demográficos en las demandas sectoriales en América Latina. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 237-261, jul./dez. 2009.

SOUZA JR., José Ronaldo de C.; Levy, Paulo Mansur. Impactos do novo regime demográfico brasileiro sobre o crescimento econômico (2010-2050). In: Camarano, Ana

Amélia (org.). Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

VILLEN, Patricia. (In)visíveis globais: migração e trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.



Eixo 4 - A flexibilização e desconstrução de direitos laborais

1. Posicionando o problema geral de pesquisa

A flexibilização como novo momento da acumulação:

A fase atual do capitalismo global, marcada por transformações tecnológicas, financeiras e organizacionais, impõe formas mais flexíveis de gestão da força de trabalho, substituindo a estabilidade anterior (especialmente existente nos países centrais), propiciados pelas modalidades de contratos por tempo indeterminado, por vínculos intermitentes, informais e baseados na subcontratação.

A acumulação flexível, tal como definida por Harvey (1992), baseia-se na desconstrução de direitos e da proteção social, flexibilização e insegurança, exigindo adaptação constante do trabalho às flutuações do mercado. A precarização, nesse contexto, é estratégica e funcional, não acidental.

O Estado assume papel de garantidor da lógica do capital, promovendo reformas que retiram direitos e enfraquecem instituições de proteção social (Druck, 2011).

No caso brasileiro (e latino-americano), essa dinâmica se apoia em desigualdades históricas de classe, raça, gênero e geração, que facilitam a imposição de relações laborais desiguais e desprotegidas. Apesar de suas inconsistências, um sistema de proteção social começou a ser estruturado desde a Era Vargas, tendo passado por alterações ao longo do tempo, tendo adquirido maior abrangência com a Constituição de 1988. A partir sobretudo do início dos anos 1990, os avanços laborais conquistados se tornam alvo de um sistemático processo de flexibilização das relações de trabalho, que envolveu medidas de desregulação e adoção de novos padrões de regulação dessas relações, implicando em patamares rebaixados de direitos laborais, ainda que não de forma linear.

O processo de flexibilização no Brasil em vários capítulos

A partir dos anos 1980, com a crise da dívida externa e a desaceleração econômica, o Brasil começou a vivenciar mudanças no padrão de acumulação, acompanhando tendências globais de flexibilização das relações de trabalho. Nesse contexto, empresas passaram a adotar formas de organização do trabalho inspiradas no modelo japonês e em outros padrões emergentes de gestão da produção e do trabalho, visando reduzir custos e aumentar a competitividade. A reestruturação produtiva implicou mudanças tecnológicas, organizacionais e nas relações de trabalho, disseminando a ideia de flexibilidade como necessidade para atender às exigências oscilantes do mercado.

Nos anos 1990, com o avanço do projeto neoliberal, sobretudo durante o governo FHC, intensificaram-se as políticas de desconstrução de direitos e flexibilização das relações de trabalho. Avançaram as terceirizações, contratos temporários e formas precárias de trabalho, frequentemente à margem da legislação (Krein, 2007). Houve também

enfraquecimento da negociação coletiva, com maior poder de barganha concentrado nas empresas. O discurso da modernização das relações de trabalho legitimou medidas que intensificaram a rotatividade, a informalidade e a precarização (Pochmann, 2001).

Durante os governos Lula e Dilma (2003–2016), ocorreu uma recuperação do emprego formal e a valorização do salário mínimo, impulsionadas por políticas de proteção social e estímulo ao consumo. Contudo, o processo de flexibilização estrutural não foi revertido. Persistiram formas precárias de inserção, como a pejotização, o trabalho por conta própria e informal. A terceirização continuou crescendo, inclusive no setor público. As medidas de flexibilização seguiram, embora de forma mais lenta e pontual. Entre as principais evidências dessa continuidade podem ser citadas: a Lei de Falências (2005), que dificultou o acesso dos trabalhadores ao passivo trabalhista; a reforma da previdência no setor público; o Programa Primeiro Emprego (2003), com contratações em condições reduzidas; a adoção do Super Simples (2006), com regimes laborais rebaixados; e a permissão para trabalho aos domingos e feriados mediante acordo coletivo (2007) (Krein e Biavaschi, 2015).

Nesse momento, a flexibilização também avançou pelo próprio mercado de trabalho: com o crescimento da terceirização, o aumento da informalidade, da contratação via Pessoa Jurídica e da rotatividade e o enfraquecimento da legislação, inclusive com uma atuação da Justiça do Trabalho muitas vezes favorável à flexibilização. Isso impulsionou “novas informalidades”, como o microempreendedorismo individual e o trabalho sob demanda.

A Reforma Trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467), aprovada no governo Temer, foi um marco na desconstrução dos direitos laborais e flexibilização das relações de trabalho no país. Alterou profundamente a CLT, instituindo: prevalência do negociado sobre o legislado, na perspectiva da derrogação da proteção legal; ampliação da terceirização para atividades-fim; contrato intermitente; e fim da obrigatoriedade da contribuição sindical. Sob o argumento de modernizar e gerar empregos, os efeitos reais foram uma maior precarização, o aumento da informalidade e o crescimento da insegurança jurídica (Krein, Vêras de Oliveira e Filgueiras, 2019).

Nos últimos anos, o processo de flexibilização ganhou novos contornos com as tecnologias emergentes, como a plataformação, Indústria 4.0 e inteligência artificial. Essas inovações não apenas transformam os meios de produção e circulação, mas também redefinem as formas de gestão, controle e contratação da força de trabalho, sobretudo em contextos marcados por alta informalidade e desigualdade, como o Brasil e a América Latina.

Tendências mais recentes:

A plataformação eleva a flexibilização a um novo patamar: trabalhadores sem vínculo empregatício formal, tratados pelas empresas como autônomos ou “empreendedores”, são submetidos à gestão algorítmica por metas, avaliações e bloqueios. Na América Latina, esse modelo se insere em mercados historicamente marcados pela informalidade, precariedade e falta de proteção (Antunes, 2018; Vêras de Oliveira, 2023).

Com o avanço do trabalho via plataformas digitais, da terceirização e de vínculos cada vez mais flexíveis e instáveis, o debate sobre como regular essas novas formas de trabalho voltou à agenda pública, visto que tais modalidades frequentemente escapam à legislação trabalhista, adensando uma “zona cinzenta” onde os trabalhadores não têm garantias, como salário mínimo, férias, previdência, limites de jornada, etc.

Entretanto, com os trabalhadores com pouco poder de barganha, e com os sindicatos enfraquecidos, os interesses do mercado vêm prevalecendo nas decisões sobre leis e políticas públicas. Ao invés da consolidação de direitos sociais e trabalhistas universais, as propostas em discussão frequentemente são limitadas, fragmentadas e subordinadas à lógica das empresas (Machado, 2022).

Mesmo no debate em curso no governo Lula 3 sobre a necessidade de regulamentar o trabalho em plataformas, existe o risco de que se promova, na prática, a legalização de formas precárias de trabalho. Ao invés de garantir direitos equivalentes aos de um trabalhador formal, essas propostas podem criar categorias especiais com menos garantias, como “trabalhador autônomo dependente” ou “colaborador parceiro”, institucionalizando a precariedade.

Outra tendência recente é o peso das negociações coletivas. Com a ampliação da heterogeneidade na composição das classes trabalhadoras, as categorias tradicionais perdem participação no total dos ocupados. Do ponto de vista da negociação salarial, os resultados não são tão ruins, especialmente nos momentos de crescimento econômico e de governos trabalhistas, mas o restante do conteúdo negociado é bastante limitado (Colombi, Teixeira e Pelatieri, 2021).

Um sinal positivo:

Um sinal positivo, no sentido de recolocar em pauta a regulação do trabalho - especialmente no que diz respeito à jornada -, surgiu com o movimento contra a escala 6x1, a partir do final de 2024. Trata-se de uma reação concreta à crescente flexibilização e intensificação do tempo de trabalho, e pode representar um ponto de partida para a construção de iniciativas mais efetivas de resistência e afirmação de direitos por parte dos trabalhadores. Ainda que localizado, esse movimento revela a possibilidade de articulação coletiva em torno de reivindicações objetivas, abrindo espaço para debates mais amplos sobre as condições laborais no atual contexto, em particular em um aspecto central para os trabalhadores, que é da regulação da jornada de trabalho (Borsari, Scapini, Krein, Manzano, 2024).

Um risco iminente:

Por outro lado, um risco iminente se configura com o Supremo Tribunal Federal (STF) assumindo o protagonismo em um processo de deslegitimação da Justiça do Trabalho. Por meio de sucessivas decisões que relativizam direitos historicamente consolidados, o STF vem contribuindo para o aprofundamento da desconstrução dos direitos do trabalho no país. De uma perspectiva crítica, autores como Carelli (2023), Dutra e Machado (2021) e Dutra (2023) têm alertado que estamos diante de uma nova reforma trabalhista

— promovida por via judicial —, potencialmente tão ou mais contundente do que a reforma legislativa de 2017, dada sua capacidade de reconfigurar o sentido e o alcance da proteção trabalhista de maneira difusa, sem amplo debate público e sem mediação parlamentar. Isso reforça a percepção de um processo de reforma trabalhista permanente (Krein, 2023).

O problema central do eixo temático:

Diante desse cenário, o problema central deste eixo temático é o de buscar compreender as características e condicionantes que estão na base dos processos de flexibilização e de desconstrução de direitos do trabalho no país, desencadeados a partir dos anos 1980/1990. Assim como, formular estratégias de como ampliar direitos e proteção social para os ocupados, independentemente de sua posição na ocupação.

2. Perguntas principais

Questão principal:

Por meio de quais mecanismos econômicos e políticos, as dinâmicas de acumulação (financeirização, globalização, privatização, digitalização etc.) conformam padrões cada vez mais flexíveis de relações de trabalho, configurando um processo de reforma trabalhista permanente? Como universalizar os direitos trabalhistas e sociais?

Trajétoria histórica da flexibilização no Brasil:

Quais as principais medidas de flexibilização de direitos ocorridas no Brasil, determinadas por meio dos poderes legislativo, executivo e judiciário, dos anos 1980 até os dias atuais? Quais são seus impactos nos trabalhadores?

Quais as principais estratégias empresariais de gestão do trabalho, adotadas na perspectiva da flexibilização/precarização das relações de trabalho, dos anos 1980 até os dias atuais?

Em quais fases e com que características se pode delimitar o processo de flexibilização das relações de trabalho e de desconstrução de direitos no país, dos anos 1980 até os dias atuais, considerando-se as estratégias empresariais, as medidas tomadas no âmbito do Estado e as reações dos trabalhadores?

Justificativas para a flexibilização:

Quais os principais argumentos empresariais, governamentais e técnicos que têm sido mobilizados para legitimar as ações empresariais e as medidas governamentais e de demais agentes públicos e privados em favor da flexibilização das relações de trabalho e da reforma trabalhista, em caráter permanente? Como esses argumentos têm se voltado

contra a CLT e contribuído para deslegitimá-la junto aos trabalhadores? Quais as escolas de pensamento que sustentam as teses da flexibilização?

Como as características do mercado de trabalho impactam a qualidade do emprego e contribuem para o descontentamento de trabalhadores frente à CLT?

Balanco crítico da Reforma Trabalhista de 2017

Que balanço crítico se pode fazer da reforma de 2017, quanto aos seus efeitos sobre a sociedade, a economia e particularmente sobre os direitos individuais e coletivos dos trabalhadores?

Que balanço crítico se pode fazer sobre o papel e atuação do STF no aprofundamento da reforma trabalhista no país, com caráter ainda mais precarizante, por incidir diretamente sobre preceitos constitucionais, antes pensados como bastiões da proteção ao trabalho?

Negociação coletiva e ação sindical:

Como têm evoluído os processos de negociação coletiva no país, dos anos 1980 até os dias atuais, por ramo da economia, especificamente quanto às concessões e resistências em termos de direitos laborais (tipos de contratos de trabalho, jornada de trabalho, formas de remuneração etc.)? Qual sua capacidade de generalizar as conquistas dos setores mais dinâmicos para outros mais precarizados, incluindo informais?

Avanços e resistências no campo dos direitos:

Quais os principais avanços no campo dos direitos do trabalho no país (não obstante o processo de flexibilização em curso) e a que eles se deveram (quais as forças e os meios que os determinaram), dos anos 1980 até os dias atuais?

Reconstrução de um sistema de proteção social

Dada a heterogeneidade das estruturas e condições de ocupação no país e as experiências internacionais de inclusão pelo trabalho, como retomar a construção de um sistema de proteção social e de direitos laborais que inclua os trabalhadores atualmente formalizados e os informalizados, urbanos e rurais, da indústria, agricultura e serviços, assalariados e não assalariados, independentemente de sexo, etnia/raça, geração e demais fatores de desigualdade?

3. Hipóteses principais

Tendência histórica e dinâmica da flexibilização

O processo de flexibilização das relações de trabalho e de desconstrução dos direitos do trabalho, desencadeado a partir dos anos 1980/1990, seguiu até o momento atual como tendência geral, apesar de oscilações e variações conjunturais.

Estratégias empresariais e governamentais de desconstrução de direitos:

A fragilização da ação sindical, da justiça do trabalho e de demais agentes da regulação pública do trabalho é parte decisiva das estratégias empresariais e governamentais de aprofundamento da flexibilização dos direitos do trabalho.

Discurso da modernização e legitimação da reforma:

O discurso da modernização da legislação trabalhista tem sido o principal argumento de legitimação da reforma trabalhista permanente (diante das inovações produtivas, tecnológica e organizacionais), o que coloca os sindicatos em uma posição eminentemente defensiva, frente às investidas contra os direitos laborais e ao argumento de que se alinham com formas “atrasadas” de regulação.

Limites da negociação coletiva e da ação sindical:

A negociação coletiva, com base nos sindicatos atualmente existentes, não se mostra capaz de reagir ao processo de perda de direitos, assim como não consegue ser um fator de irradiação dos ganhos alcançados em relação aos trabalhadores informais e mais vulneráveis. Isso, apesar dos resultados positivos com a conquista aumentos acima da inflação nos anos dos governos de PT, em muitos casos. Isso aponta para a necessidade de reformas na estrutura sindical, que leve à ampliação da cobertura e da eficácia da negociação coletiva.

4. Objetivo específico

Objetivo específico	Metas
Analisar o processo de desconstrução de direitos laborais que há décadas atinge o país. Apesar de suas inconsistências, foi construído um sistema de proteção social no país, especialmente a partir da Era Vargas a promulgação da Constituição de 88. Contudo, uma tendência de desconstrução de direitos trabalhistas vem sendo imposta desde os anos 1990, mesmo que sob uma trajetória não linear. O INCT-Trabalho se coloca o propósito de consolidar uma análise sobre os fatores que concorrem para isso e as tendências que se apresentam.	13, 14, 15, 16, 17, 18, 44, 45, 46 e 47

5. Estratégias metodológicas

A partir de ampla revisão bibliográfica, produzir um estado da arte sobre os estudos realizados no país a respeito do tema da flexibilização das relações de trabalho e desconstrução dos direitos do trabalho.

A partir de ampla revisão bibliográfica, produzir uma análise comparativa das principais reformas trabalhistas ocorridas no mundo nas últimas décadas. Serão selecionados 4 países da Europa e 4 da América Latina (incluindo o Brasil).

Com base em dados secundários disponíveis (IBGE, Banco Central, Ministério do Trabalho, Rais/Caged, registros do MEI, OIT, Cepal, Banco Mundial, OCDE, entre outros), produzir séries históricas sobre níveis de terceirização, de pejetização, contratos de MEI, trabalho intermitente, trabalho parcial, autônomo exclusivo, níveis de informalidade para cada tipo etc. Assim, como fazer uma análise dos impactos da reforma trabalhista na economia, no mercado de trabalho, na proteção social e na sociedade.

Inserção de quesitos, no SURVEY NACIONAL GERAL, sobre o tema da flexibilização e desregulação das relações de trabalho, com ênfase na percepção dos trabalhadores sobre o papel do Estado na produção de direitos sociais e trabalhistas.

Inserção de questões, nas ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM REPRESENTANTES DOS ATORES ESTRATÉGICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA (empresários, sindicalistas, políticos de espectros diversos, gestores públicos, agentes do poder judiciário, pessoas influentes da sociedade civil), sobre como interpretam o tema da regulação do trabalho.

Com base nessas entrevistas e em pesquisa documental e midiática, apurar os posicionamentos históricos e atuais das principais classes, grupos e agentes sociais sobre os processos de regulação das relações de trabalho.

Realização de 6 estudos específicos quanti e qualitativos sobre os seguintes temas:

- ❖ O MEI com fator de “pejetização”;
- ❖ Análise das tendências do Poder Judiciário em matéria de regulação geral do trabalho, dos anos 1980 até os dias atuais;
- ❖ Estratégias empresariais e governamentais de gestão do trabalho, adotadas na perspectiva da flexibilização/precarização das relações de trabalho, dos anos 1980 até os dias atuais;
- ❖ Medidas de flexibilização de direitos ocorridas no Brasil, determinadas por meio dos poderes legislativo, executivo e judiciário, dos anos 1980 até os dias atuais; considerar também os avanços no campo dos direitos do trabalho e a que se deveram (quais as forças e os meios que os determinaram);
- ❖ Estratégias empresariais de gestão do trabalho, adotadas na perspectiva da flexibilização/precarização das relações de trabalho, dos anos 1980 até os dias atuais;
- ❖ Balanço da negociação coletiva no país, dos anos 1980 até os dias atuais, por ramo da economia, especificamente quanto às concessões e resistências em termos de direitos laborais (tipos de contratos de

trabalho, jornada de trabalho, formas de remuneração etc.); análise de sua capacidade de generalizar as conquistas dos setores mais dinâmicos para outros mais precarizados, incluindo informais.

- ❖ O processo de pejetização e a demonização da CLT.

6. Referências bibliográficas básicas

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. O Direito Do Trabalho e a reforma trabalhista: desenho atual e futuro. In: CARDOSO, Adalberto; SANTOS, Fabiano; CRIVELLI, Eduardo (org.). Trabalho em transe: raízes e efeitos políticos das mudanças no mundo do trabalho no Brasil. São Paulo: Contracorrente, 2023.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? Caderno CRH, v. 24, n. 61, p. 17–34, jan./abr. 2011.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KREIN, José Dari. Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil – 1990/2005. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, 2007.

KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda. Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho dos anos 2000. Cuadernos del Cendes Año 32. N° 89, Tercera Época, Mayo-Agosto, 2015.

KREIN, Dari; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS, Victor. Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

KREIN, José Dari. Reforma trabalhista permanente. In: CARDOSO, Adalberto; SANTOS, Fabiano; CRIVELLI, Eduardo (org.). Trabalho em transe: raízes e efeitos políticos das mudanças no mundo do trabalho no Brasil. São Paulo: Contracorrente, 2023.

MACHADO, Sidnei. Direitos. In: MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan (orgs.). O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos. Curitiba: UFPR - Clínica Direito do Trabalho, 2022.

DUTRA, Renata Queiroz; MACHADO, Sidnei (orgs.). O Supremo e a reforma trabalhista: a construção jurisprudencial da Reforma Trabalhista de 2017 pelo STF. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

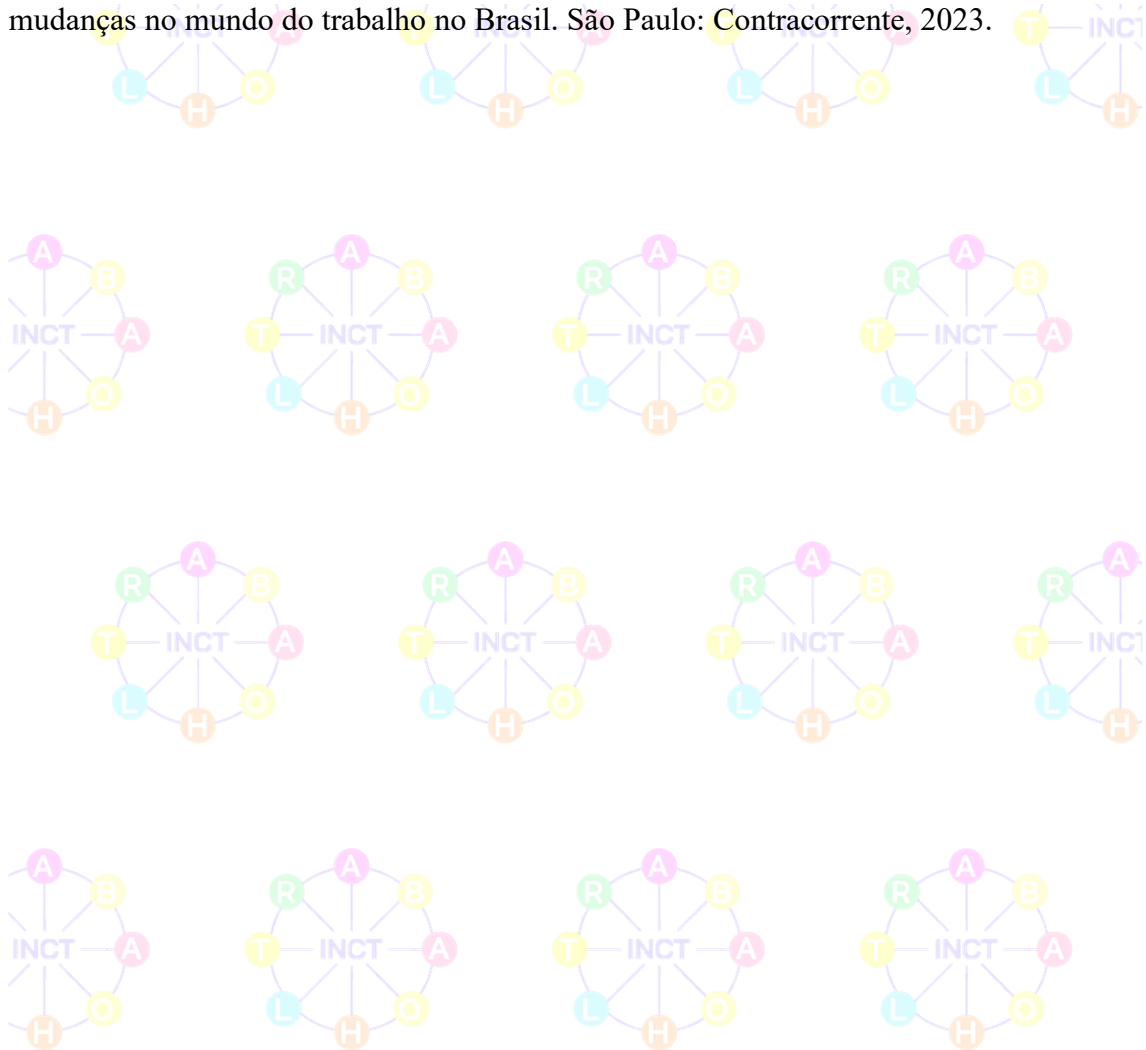
DUTRA, Renata Queiroz. O Supremo e a reforma trabalhista jurisprudencial. In: CARDOSO, Adalberto; SANTOS, Fabiano; CRIVELLI, Eduardo (org.). Trabalho em transe: raízes e efeitos políticos das mudanças no mundo do trabalho no Brasil. São Paulo: Contracorrente, 2023.

BORSARI, Pietro; SCAPINI, Ezequiel; KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo. Jornada de trabalho na escala 6x1: a insustentabilidade dos argumentos econômicos e

uma agenda a favor dos trabalhadores e das trabalhadoras. Campinas: CESIT – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Instituto de Economia, Unicamp, 2024.

POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos da inserção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2001.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Capitalismo de plataformas e processo de informalização no Brasil: pontos para debate. In: CARDOSO, Adalberto; SANTOS, Fabiano; CRIVELLI, Eduardo (org.). Trabalho em transe: raízes e efeitos políticos das mudanças no mundo do trabalho no Brasil. São Paulo: Contracorrente, 2023.



Eixo 5 - Os efeitos das inovações organizacionais e tecnológicas no mercado de trabalho

1. Posicionando o problema geral de pesquisa

As transformações estruturais trazidas com a economia digital:

A chamada *revolução informacional* (Castells, 1999) desencadeou transformações profundas na economia e na sociedade ao reorganizar as bases técnicas da produção, circulação e gestão da informação.

Com o avanço das tecnologias digitais, acentuaram-se processos como a globalização econômica, a reestruturação produtiva e a emergência de novas formas de organização do trabalho e do consumo, cada vez mais moldadas pela lógica da conectividade, da automação e da coleta e análise de dados em larga escala.

A digitalização da economia intensifica a flexibilização produtiva e laboral, promovendo uma substituição significativa de postos de trabalho operacionais por máquinas e algoritmos, ao mesmo tempo em que concentra empregos altamente qualificados nas áreas de engenharia, ciência de dados e desenvolvimento de sistemas. Esse movimento aprofunda a segmentação do mercado de trabalho e a polarização ocupacional (Frey e Osborne, 2017; Bridi e Lima, 2018; Casilli, 2019; Kurt e Susskind, 2020).

As novas tecnologias impulsionam a formação de um segmento econômico muito expressivo, que inclui as big techs, caracterizado por segmentos de trabalhadores altamente qualificados, mas também por um contingente crescente de trabalhadores invisíveis. Ao mesmo tempo, essas tecnologias reconfiguram outros segmentos econômicos e ocupações.

Digitalização desigual e heterogênea:

A digitalização da economia manifesta-se de forma heterogênea entre países e setores — como serviços, indústria, agricultura, mineração e administração pública — e tende a acentuar desigualdades conforme a capacidade tecnológica, o nível de qualificação da força de trabalho e o grau de regulação existente (Hallward-Driemeier e Nayyar, 2017).

No setor de serviços, a digitalização se expressa notadamente pela plataformização, que reorganiza a oferta de bens e serviços por meio de aplicativos, algoritmos e da automação de tarefas interativas e cognitivas. As plataformas digitais são empresas baseadas em infraestruturas técnicas que intermedeiam bens, serviços, dados ou interações sociais, organizando conexões entre diferentes grupos de usuários (trabalhadores, consumidores, empresas). Tais interações são regidas por modelos de gestão algorítmica que centralizam o controle e a extração de valor, tornando essas plataformas atores centrais na economia contemporânea, frequentemente à margem de

regulações tradicionais (De Stefano, 2016; Srnicek, 2017; Casilli, 2019; Wood e Graham, 2019).

Essas plataformas podem ser classificadas em diversas categorias (Srnicek, 2017; Kenney & Zysman, 2016; ILO, 2021):

- ❖ Plataformas de trabalho (de localização ou baseadas na web);
- ❖ Plataformas de comércio digital ou marketplaces;
- ❖ Plataformas de intermediação de ativos (permitindo o compartilhamento ou aluguel de bens, em vez da propriedade);
- ❖ Plataformas de redes sociais e conteúdo;
- ❖ Plataformas de dados e infraestrutura digital (disponibilizando infraestrutura técnica e armazenamento de dados para outras empresas);
- ❖ Plataformas financeiras e fintechs;
- ❖ Plataformas de serviços públicos e educacionais.

Com a plataformização, a flexibilização do trabalho atinge um novo patamar. Nas plataformas de trabalho, os trabalhadores são classificados pelas empresas como “autônomos” ou “empreendedores”, embora estejam submetidos a rígidos sistemas de avaliação, ranqueamento e controle algorítmico, que definem desde o volume de tarefas e as tarifas até o acesso a oportunidades de trabalho - promovendo hiperdisponibilidade e subordinação invisível (De Stefano, 2016; Casilli, 2019), e o que Abílio (2020) denomina “autogerenciamento subordinado”. A natureza do vínculo, entretanto, encontra-se em disputa.

Na indústria, os processos de digitalização se consolidam sob o paradigma da chamada Indústria 4.0, que combina robótica avançada, sistemas ciberfísicos, inteligência artificial (IA), Internet das Coisas (IoT), big data e manufatura aditiva (impressão 3D). Tais tecnologias permitem a criação de ambientes produtivos interconectados, autônomos e adaptativos, nos quais a produção pode ser ajustada em tempo real conforme variações na demanda ou nos fluxos logísticos (Schwab, 2016; Kagermann, Wahlster e Helbig, 2011).

De forma semelhante, a agricultura e a mineração vêm incorporando sensores, drones, sistemas de georreferenciamento, softwares de monitoramento e IA, promovendo uma reconfiguração produtiva orientada por dados - como é o caso da chamada agricultura de precisão (Wolfert, Verdouw e Bogaardt, 2017).

A ampliação da capacidade do Estado em operar digitalmente pode, por um lado, aumentar a eficiência e a responsividade das políticas públicas, mas, por outro, tende a reproduzir desigualdades de acesso, especialmente entre populações de baixa renda, sem conectividade ou habilidades digitais adequadas.

Na administração pública, a digitalização tem promovido transformações significativas. O uso de plataformas digitais integradas, inteligência artificial e big data permite automatizar processos administrativos, intensificar o controle fiscal e implementar políticas públicas com maior agilidade e rastreabilidade. No entanto, a adoção do governo digital enfrenta obstáculos importantes principalmente nos países do Sul

Global, relacionados à exclusão digital, à fragilidade das infraestruturas e à falta de governança sobre os algoritmos utilizados (Viana, 2021).

O avanço da inteligência artificial:

A inteligência artificial, por sua vez, expande a automação para esferas antes protegidas - como tarefas cognitivas, criativas e analíticas. Ela tem sido utilizada para automatizar decisões em recursos humanos, diagnósticos médicos e análise de grandes volumes de dados. Essa expansão redefine o perfil dos trabalhadores demandados (altamente qualificados ou disponíveis em regime sob demanda) e amplia a subordinação digital de freelancers e trabalhadores de plataformas, frequentemente sem transparência nos critérios de avaliação (Frank, Morgan R. *at al.*, 2019; Zhou et al., 2025).

Com o avanço da inteligência artificial generativa, os desafios se ampliam. A IA pode automatizar tarefas que demandam trabalho cognitivo e qualificação, que compreendem funções e ocupações antes consideradas protegidas, como redação de textos literários e acadêmicos, análise jurídica, tradução, diagnóstico médico e até ensino. Isso ameaça empregos de médio rendimento e qualificação, tanto no Sul como no Norte global, ao mesmo tempo que acentua assimetrias no acesso a tecnologias e ao trabalho de qualidade (Gmyrek e Bescond, 2023; Acemoglu e Restrepo, 2018 e 2019).

A ótica da periferia brasileira e latino-americana:

Na América Latina, o processo de digitalização enfrenta limites estruturais. Seu avanço ocorre de maneira desigual, condicionado por fatores como: baixos níveis de investimento em inovação tecnológica; infraestrutura digital precária, sobretudo em regiões periféricas; capacidade institucional limitada e baixa governança digital; mercado de trabalho fragmentado e marcado pela informalidade; além de déficits educacionais e de qualificação técnica (CEPAL, 2022).

No Brasil, o avanço da Indústria 4.0 manifesta-se de forma assimétrica, aprofundando a já estrutural heterogeneidade econômica e social. Enquanto grandes empresas incorporam inovações tecnológicas, a maioria das pequenas e médias empresas ainda opera com padrões produtivos obsoletos (Kubota e Rosa, 2024).

O risco do processo de digitalização é de aprofundamento da polarização ocupacional, com poucos postos altamente qualificados e uma maioria em ocupações precárias. Os desafios centrais no campo laboral envolvem: regulação do trabalho em plataformas e com IA; educação digital e reconversão profissional; redução das desigualdades de acesso às tecnologias; negociação coletiva e direitos no ambiente digital. Trata-se de repensar as políticas públicas de emprego, proteção social e qualificação profissional sob a lógica de uma transição digital justa, democrática e inclusiva.

Nesse contexto, o trabalho mediado por plataformas tem ganhado centralidade e visibilidade pública. Como fenômeno global, sua expansão em regiões periféricas, como a América Latina, ocorre em interação com estruturas econômicas, instituições e padrões culturais preexistentes (Gago, 2014). Tais interações frequentemente

intensificam a precariedade, ao incorporar trabalhadores desalentados, desempregados, informais, autônomos precários, subempregados e famílias em situação de vulnerabilidade.

No caso brasileiro, segundo dados da PNAD Contínua (IBGE, 2023), no quarto trimestre de 2022 havia cerca de 1,49 milhão de pessoas com 14 anos ou mais cuja ocupação principal era mediada por plataformas digitais de serviços. Desses, 13,9% atuavam em aplicativos de táxi; 47,2% no transporte privado por aplicativo (exceto táxi); 39,5% na entrega de alimentos ou produtos; e 13,2% em plataformas de serviços gerais ou profissionais. É provável, contudo, que esses dados estejam subestimados, pois uma única empresa de entregas de alimentos, a iFood, declarou ocupar mais de 700 mil entregadores em 2020 (Vieira et al. 2021, p. 7).

A ampliação do trabalho por plataformas no Brasil tem sido acompanhada por conflitos e formas de resistência protagonizadas pelos trabalhadores (aspecto que será desenvolvido no Eixo 7). Parte dessa resistência envolve a disputa pela regulação do trabalho. Trabalhadores e organizações da sociedade civil têm pressionado o Estado por uma regulação que assegure direitos trabalhistas, previdência social e proteção legal. No Congresso Nacional, diversos projetos de lei foram apresentados, enfrentando, entretanto, resistência das empresas e divergências entre os próprios trabalhadores (Machado, 2022), o que tem levado à criação de novas organizações para representá-los.

O problema central do eixo temático:

Diante desse cenário, o problema central deste eixo temático consiste em compreender as implicações da digitalização da economia sobre a estrutura e as condições de trabalho, bem como sobre as formas emergentes de organização e luta por direitos. Trata-se também de analisar os embates públicos em torno da regulação dessas novas formas laborais e o modo como impactam as estratégias coletivas de resistência e ação.

2. Perguntas principais

Questão principal:

Quais as principais implicações trazidas pelo processo de digitalização da economia, quanto aos padrões de relação e de regulação do trabalho, assim como no que se refere aos modos de resistência e organização coletiva dos trabalhadores?

Natureza e transformações trazidas com a digitalização da economia:

Como se articulam os fenômenos da digitalização (nas suas formas diversas), da financeirização da economia e da mercantilização da vida social? Que transformações essa combinação produz na dinâmica geral da acumulação? Que implicações têm produzido na economia brasileira e no seu modo de inserção global?

Quais os principais grupos econômicos com atuação na digitalização da economia, em cada segmento (plataformas digitais, indústria 4.0, inteligência artificial etc.)? Quais os que atuam no Brasil e por quais vias? Qual a participação dos capitais nacionais nesses segmentos?

Impactos da digitalização nas condições e formas de trabalho:

Que implicações mais gerais as novas formas de gestão do trabalho, trazidas com as inovações tecnológicas, têm produzido nas condições de inserção ocupacional e de realização cotidiana do trabalho? Que efeitos têm produzido sobre renda, jornada de trabalho, natureza dos contratos de trabalho etc.?

Que efeitos mais específicos vêm produzindo a digitalização da economia na estrutura ocupacional em cada setor (manufatura, serviços, comércio, agronegócio, mineração, administração pública etc.) e na economia do país como um todo, levando em consideração as formas salariais e não salariais, formais e informais, urbanas e rurais, mais e menos diretamente atingidas pela digitalização, os diversos níveis de qualificação para o trabalho?

Como têm evoluído nas últimas duas décadas, em termos de valores absolutos e relativos, as posições na (e os tipos de) ocupação direta e indiretamente vinculadas aos setores de desenvolvimento e de disseminação de programação digital?

Interseções com outras dinâmicas estruturais:

Como se combinam os impactos da digitalização, associados àqueles trazidos com o processo de flexibilização das relações e trabalho (de 4 décadas), a crise ambiental, a transição demográfica e as resiliências das desigualdades sociais, sobre as estruturas e condições ocupacionais e de renda no país?

Atores sociais e disputas políticas sobre o futuro do trabalho:

Como vêm se posicionando empresários, trabalhadores, agentes públicos, outros atores sociais sobre o processo de digitalização, seus desafios para o país e sobre suas implicações para o futuro do trabalho?

Como têm reagido os trabalhadores dos diversos segmentos impactados pelos processos de digitalização da economia, quanto às formas de resistência, estratégias de luta e de organização e posições sobre a regulação do trabalho? Como a emergência desses segmentos de trabalhadores e de novas formas de luta e organização vem repercutindo nos modos tradicionais de luta, negociação coletiva e organização? Quais desafios essa nova realidade coloca quanto ao reposicionamento dos trabalhadores diante do trabalho e da sociedade?

Regulação do trabalho na economia digital:

Como têm se posicionado, no país, os segmentos empresariais, as lideranças políticas e o poder judiciário quanto ao tema da regulação do trabalho nos novos contextos de economia digital? Quais as principais disputas que, quanto a isso, se travam no parlamento e no judiciário? Quais as principais iniciativas que vêm sendo tomadas nas esferas dos três poderes?

Quais as possibilidades dos termos da regulação do trabalho digital repercutirem no padrão de regulação das relações de trabalho como um todo, contribuindo assim para sua repadronização?

Que iniciativas de políticas públicas (nas diversas esferas de poder) devem ser tomadas para garantir que os efeitos da digitalização da economia sejam benéficos para os trabalhadores e para a sociedade?

3. Hipóteses principais

A potência da digitalização e processos convergentes:

As inovações tecnológicas e a digitalização penetram ampla e diversamente a economia e a vida social, produzindo significativos impactos sobre o mundo do trabalho e a sociedade.

Esse processo é expressão de mudanças na dinâmica geral da acumulação, em forte associação com os processos de financeirização da economia e de mercantilização da vida social. Segundo Manzano, empresas de plataforma digitais constituem um vetor de digitalização na periferia capitalista e são instrumentos agudos de financeirização. Elas inoculam a economia real e a vida social com novas estratégias de acumulação; tais como a datificação; arbitragem regulatória (apagamento de vínculos e responsabilidades) e o espraiamento do rentismo, de valorização de “riqueza velha” (ex: Airbnb). As atividades tradicionais (mercantis simples/subsistência urbana) são ocupados e/ou remodelados pelo cálculo capitalista. Assim, elas despontam como uma modalidade sintética e opaca de transferências de riscos e passivos, modificando tanto a produção quanto o consumo e afetando significativamente o mundo do trabalho. Nesse cenário, o trabalhador se vê cada vez mais submetido à lógica financeira, recorrendo ao crédito e ao endividamento para manter suas atividades, como acontece, por exemplo, entre os trabalhadores de plataformas digitais. A mercantilização transforma bens e serviços em ativos financeiros e torna a força de trabalho ainda mais precária e vulnerável, reforçando um novo modelo de exploração do trabalho.

Inserção subordinada do Brasil na economia global:

Mais uma vez o Brasil se insere de modo dependente e subalterno na nova divisão internacional do trabalho, o que traz consequências desfavoráveis para as condições de inserção ocupacional ofertadas no país.

O processo de digitalização da economia brasileira ocorre de modo defasado dos centros dinâmicos mundiais e de modo internamente desigual e descoordenado. Concorre, com isso, para agravar as desigualdades sociais e laborais. O país carece de uma estratégia nacional, que articule os diversos setores e segmentos em torno de objetivos comuns e voltados à potencialização do desenvolvimento em bases sustentáveis e socialmente justas.

Impactos da digitalização sobre o mundo do trabalho:

No que se refere ao trabalho, o efeito geral é de substituição de trabalhadores que atuam em tarefas mais rotineiras (indústria, agricultura, mineração e serviços), de formação de um polo restrito de trabalho superqualificado disseminado pelos setores mais dinâmicos da economia (incluindo segmentos mais e menos diretamente ligados às atividades digitais) e de crescimento de vários segmentos de trabalhadores informais e precários (no trabalho mediado por plataformas, call centers, entre outros).

Como tendência geral, o processo de digitalização da economia, particularmente em realidades periféricas como a brasileira, favorece a flexibilização e precarização das relações de trabalho, que já estava em curso.

Os trabalhadores de plataformas se destacam pela rápida expansão, pelos baixos rendimentos, pelas excessivas jornadas, precárias condições de trabalho, controle e vigilância a que estão submetidos, falta de reconhecimento e de proteção social.

Regulação do trabalho digital; obstáculos e riscos:

A atuação agressiva dos empresários do setor, associada à complacência ou fragilidade dos poderes legislativo, executivo e judiciário e às dificuldades de reação dos trabalhadores e de suas organizações de representação, tudo isso concorre para que não se avance em uma regulação pública do trabalho digital.

Diante de um contexto geral de correlação de forças desfavorável aos trabalhadores, há risco de, em havendo adoção de formas jurídicas de regulação do trabalho digital, isso não só ocorrer em bases rebaixadas, na comparação com o que hoje determina a CLT, mas também que venha a contribuir com o rebaixamento do padrão geral atual.

Resistência e organização dos trabalhadores:

Os trabalhadores de plataformas, principalmente os de entrega de mercadorias, se destacam quanto ao esforço de mobilização e de organização. Entretanto, até o momento, não alcançaram uma capacidade de pressão e uma unidade suficientes para pautarem o tema da regulação do trabalho de modo que lhes seja mais favorável.

4. Objetivo específico

Objetivo específico	Metas
Analisar as transformações organizativas e tecnológicas na economia e suas implicações para o trabalho. As inovações organizacionais e tecnológicas vêm ocorrendo de modo cada vez mais amplo, penetrando a economia e a vida social, com destaque para os processos de digitalização. O INCT-Trabalho se propõe a produzir um amplo e sistemático estado da arte dos estudos sobre o tema e avançar na pesquisa empírica sobre como tais transformações se manifestam no país e quais suas principais tendências.	19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 44, 45, 46 e 47

5. Estratégias metodológicas

A partir de ampla revisão bibliográfica, produzir um estado da arte sobre os estudos realizados no país a respeito do tema da digitalização da economia e suas implicações nas relações de trabalho.

Com base em dados secundários disponíveis (IBGE, Banco Central, Ministério do Trabalho, Rais/Caged, registros do MEI, OIT, Cepal, Banco Mundial, OCDE, entre outros), produzir séries históricas com foco nas diversas formas de trabalho digital, considerando: posição na ocupação, tipos de ocupação, níveis de remuneração, jornada de trabalho, escolaridade e qualificação, formal-informal etc. Produzir recortes por sexo, etnia-raça, geração, região, setor da economia.

Inserção de quesitos, no SURVEY NACIONAL GERAL, sobre o tema da digitalização da economia e suas implicações nas relações de trabalho.

Inserção de questões, nas ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM REPRESENTANTES DOS ATORES ESTRATÉGICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA (empresários, sindicalistas, políticos de espectros diversos, gestores públicos, agentes do poder judiciário, pessoas influentes da sociedade civil), sobre como interpretam o tema da digitalização da economia e suas implicações nas relações de trabalho.

Com base nessas entrevistas e em pesquisa documental e midiática, apurar os posicionamentos das principais classes, grupos e agentes sociais sobre os processos de digitalização da economia e suas implicações nas relações de trabalho.

Realização de 7 estudos específicos quanti e qualitativos sobre os seguintes temas:

- ❖ análise geral das iniciativas de luta e de organização dos trabalhadores situados no contexto da digitalização da economia e das formas de relação com o sindicalismo tradicional.
- ❖ análise das medidas tomadas no âmbito do Poder Judiciário em matéria de regulação do trabalho digital, dos anos 2000 até os dias atuais, considerando: principais definições; principais conflitos e temas em disputa; posições dos atores envolvidos; formas de atuação dos trabalhadores.
- ❖ análise dos projetos de lei e das leis aprovadas no Poder Legislativo em matéria de regulação do trabalho digital, dos anos 2000 até os dias atuais,

incluindo: principais definições; principais conflitos e temas em disputa; posições dos atores envolvidos; formas de atuação dos trabalhadores.

- ❖ análise do perfil dos trabalhadores e dos tipos de relações de trabalho nos trabalhos controlados por plataformas (baseados na web e na localização) e no teletrabalho.
- ❖ análise do perfil dos trabalhadores e dos tipos de relações de trabalho em atividades do setor manufatureiro avançado (escolher um ou mais casos impactos pela indústria 4.0).
- ❖ análise do perfil dos trabalhadores e dos tipos de relações de trabalho em atividades do setor agrícola (escolher um ou mais casos impactos pela indústria 4.0).
- ❖ balanço da negociação coletiva no país, dos anos 2000 até os dias atuais, por ramo da economia, especificamente quanto à presença de temas relacionados à digitalização da economia e suas implicações para as relações de trabalho (cláusulas negociadas e itens negociados em acordos e convenções).

6. Referências bibliográficas básicas

ABÍLIO, L. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos CEBRAP*, v. 39, n. 3, 579-597, 2020. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>

ABÍLIO, L. C.; GROHMANN, R.; WEISS, H. C. Struggles of delivery workers in Brazil: working conditions and collective organization during the pandemic. *Journal of Labor and Society*, v. 24, n. 4, p. 598-616, 17 maio 2021. Disponível em: https://brill.com/view/journals/jlso/24/4/article-p598_598.xml.

ACEMOGLU, D.; RESTREPO, P. Artificial Intelligence, Automation, and Work. *NBER Working Paper Series*, n. 24196, 2018.

ACEMOGLU, D.; RESTREPO, P. The wrong kind of AI? Artificial intelligence and the future of labor demand. *NBER Working Paper*, No. 25682, March 2019.

AMORIM, H.; CARDOSO, A. C. M.; BRIDI, M. A. Capitalismo industrial de plataforma: externalizações, sínteses e resistências. *Caderno CRH (Online)*, v. 35, p. 1-15, 2022.

BRIDI, M. A.; LIMA, Jacob Carlos (Org.). *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

CASILLI, A. *En attendant les robots: enquête sur le travail du clic*. Paris: Seuil, 2019.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEPAL. *Innovación para el desarrollo: la clave para una recuperación transformadora en América Latina y el Caribe (LC/CCITIC.3/3-*)*. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2022.

DE STEFANO, V. The rise of the “just-in-time workforce”: on-demand work, crowd work, and labor protection in the “gig-economy”. ILO Conditions of Work and Employment Series, n. 71, 2016.

FRANK, M. R. et al. Toward understanding the impact of artificial intelligence on labor. PNAS, v. 116, n. 14, 2019.

FREY, C. B.; OSBORNE, M. A. The future of employment: How susceptible are jobs to computerisation? Technological Forecasting and Social Change, v. 114, 2017.

GAGO, V. La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.

GALVÃO, A. Sindicalismo e ação coletiva diante da precarização do trabalho no Brasil. In: CARDOSO, A; CRIVELLI, E; SANTOS, F. (orgs.). *Trabalho em Transe, raízes e direitos políticos das mudanças no mundo do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contra Corrente, 2023.

GMYREK, C.; BESCOND, D. Generative AI and jobs: a global analysis of potential effects on job quantity and quality. ILO Working Paper 97, 2023.

HALLWARD-DRIEMEIER, M.; NAYYAR, G. Trouble in the making? the future of manufacturing-led development. Washington, DC: World Bank, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua – Trabalho por meio de plataformas digitais: suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Brasília, 2023.

IPEA. Indústria 4.0 no Brasil: desafios e oportunidades. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022.

KAGERMANN, H.; WAHLSTER, W.; HELBIG, J. Recommendations for implementing the strategic initiative Industrie 4.0. Final report of the Industrie 4.0 Working Group, 2011.

KENNEY, M.; ZYSMAN, J. The rise of the platform economy. *Issues in Science and Technology*, v. 32, n. 3, 2016.

KUBOTA, L. C.; ROSA, A. F. Inteligência artificial no Brasil: adoção, produção científica e regulamentação. In: KUBOTA, L. C. (Org.). *Digitalização e tecnologias da informação e comunicação: oportunidades e desafios para o Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2024.

KURT, D.; SUSSKIND, D. The future of the professions: How technology will transform the work of human experts. Oxford: Oxford University Press, 2020.

KURT, R. Industry 4.0 in terms of industrial relations and its impacts on labour line. *Procedia Computer Science* 158, 2019.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION (ILO). *World Employment and Social Outlook 2021: The role of digital labour platforms in transforming the world of work*. Geneva: ILO, 2021.

MACHADO, Sidnei. Direitos. In: MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan (orgs.). O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos. Curitiba: UFPR - Clínica Direito do Trabalho, 2022.

SCHWAB, Klaus (2016). The fourth industrial revolution. World Economic Forum.

SRNICEK, N. Platform capitalism. Cambridge: Polity Press, 2017.

SUSSKIND, D.. A world without work: technology, automation, and how we should respond. Metropolitan Books, 2020.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; BRIDI, M. A. (2024). Introdução Capitalismo de plataforma no contexto latino-americano: reconfigurações do trabalho e precariedade. Revista Brasileira De Sociologia - RBS, 11(29), 5–13.

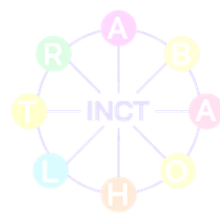
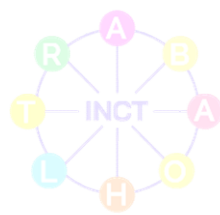
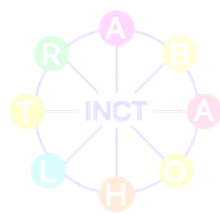
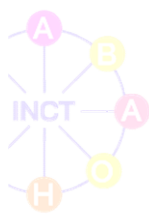
VIANA, A. L. D. Digital transformation in public administration: from e-Government to digital government. International Journal of Digital Law, Belo Horizonte, ano 2, n. 1, p. 29-46, jan./abr. 2021.

VIEIRA, R. S. et al. Impacto socioeconômico das operações do iFood no Brasil: análise sobre os entregadores. São Paulo: FIPE.

WOLFERT, S.; VERDOUW, C. N.; BOGAARDT, M. J. Big data in smart farming – a review. Agricultural Systems, v. 153, 2017.

WOOD, A. J.; GRAHAM, M. Artificial Intelligence and the Politics of Labour in the Platform Economy. Work, Employment and Society, v. 33, n. 1, 2019.

ZHOU, Huilin et al. The impact of artificial intelligence on labor market: A study based on bibliometric analysis. Journal of Asian Economics, Volume 98, June 2025.



Eixo 6 – As implicações da crise ambiental e da transição energética para o mundo do trabalho

1. Posicionando o problema geral de pesquisa

A crise ambiental como crise estrutural do capitalismo:

O planeta vive um cenário de colapso ambiental. A transgressão dos chamados *limites planetários* - como o aquecimento global, a perda da biodiversidade e a acidificação dos oceanos - ameaça a estabilidade e a sustentabilidade do sistema terrestre, configurando uma crise ambiental de proporções sistêmicas (Rockström *et al.*, 2009).

Essa crise resulta do acúmulo histórico das formas de intervenção humana sobre a natureza, intensificadas no contexto do capitalismo. Em sua fase atual, marcada pela *acumulação flexível e por espoliação* (Harvey, 2004), o processo é acelerado pela mercantilização da natureza, o aprofundamento das desigualdades sociais e territoriais e o aumento dos conflitos socioambientais. Trata-se, assim, de uma crise estrutural do próprio modelo econômico dominante (Klein, 2014).

A *acumulação por espoliação ambiental* consiste em um movimento sistemático de apropriação forçada dos bens comuns e recursos naturais, convertendo-os em ativos para valorização do capital. Isso se expressa por meio de privatizações, grilagem, expulsão de comunidades, desregulação de direitos sociais e ambientais. Como consequência, agravam-se os processos de *injustiça ambiental*, que se manifestam na distribuição desigual dos riscos, impactos e danos ambientais, atingindo desproporcionalmente populações pobres, racializadas e excluídas das decisões sobre seus próprios territórios (Acselrad, 2002 e 2012).

Mais do que atribuir de forma genérica à espécie humana a responsabilidade pela crise ambiental - como sugere o conceito de *antropoceno*, que indica que a ação humana passou a ser uma força geológica com impacto global -, é necessário evidenciar a centralidade do sistema histórico do capitalismo nesse processo. A crise climática está intrinsecamente ligada a um sistema de exploração da natureza marcado por desigualdades raciais, de classe e de gênero, orientado pela lógica do lucro. Por isso, autores como Moore (2022) propõem o termo *capitaloceno* como alternativa ao *antropoceno*.

Disputas de sentidos e conflitos ambientais:

Nesse contexto, observa-se uma crescente disputa de sentidos sobre a ideia de *sustentabilidade*, expressa de forma mais aguda nos conflitos socioambientais. De um lado, grandes corporações, em aliança com agências multilaterais e governos, procuram despolitizar a noção de sustentabilidade, reduzindo-a a soluções técnicas e mercadológicas. De outro, diversos sujeitos sociais - movimentos populares, comunidades atingidas, artistas, pesquisadores, ONGs e aliados estatais - denunciam a expropriação dos bens comuns e dos direitos sociais (Acselrad, 2002 e 2004). Nessa

arena de resistência, emerge o que Alier (2007) chama de “ecologismo dos pobres”, protagonizado por camponeses, indígenas, populações urbanas marginalizadas e trabalhadores rurais que lutam pela defesa dos seus territórios, culturas e meios de vida frente aos processos de espoliação ecológica.

As *catástrofes ambientais* — como o rompimento de barragens, enchentes, furacões, ondas de calor e frio extremos ou incêndios florestais — ceifam vidas e afetam as condições de subsistência de milhares (ou milhões) de pessoas. Muitas vezes, essas populações são forçadas a se deslocar de suas casas e locais de trabalho, migrando em busca de condições mínimas de vida, frequentemente sem apoio público adequado. As questões climáticas têm sido um dos principais fatores de expulsão populacional no mundo. Nos países do Sul Global, especialmente, a capacidade governamental de reconstrução da infraestrutura e dos meios de vida é limitada, aprofundando vulnerabilidades sociais já existentes.

Além dos conflitos ambientais diretos (muitas vezes de dimensão local), a questão ambiental na sociedade contemporânea é atravessada por múltiplas formas de disputa — simbólicas, políticas, econômicas e epistemológicas — que operam em escalas locais, nacionais e globais. Envolvem disputas sobre os riscos ambientais globais (como o aquecimento global, a perda da biodiversidade e a poluição sistêmica), embates entre países do Norte e do Sul Global, e controvérsias em torno do modelo de transição energética. Essas tensões mobilizam uma diversidade de atores: Estados, empresas, agências multilaterais, ONGs, movimentos sociais, cientistas, artistas e comunicadores.

Ideias de transições e formulação de alternativas:

No interior da própria dinâmica capitalista, tem se formulado uma narrativa de solução para a crise climática centrada na *transição energética*, com o objetivo declarado de substituir os combustíveis fósseis por fontes limpas. No entanto, os avanços têm sido lentos e assimétricos, afetando de forma desigual os países e suas populações. Em muitos casos, as iniciativas são guiadas mais por oportunidades de negócio do que pela preservação da vida. Com isso, a crise tende a se intensificar, sobretudo nos territórios do Sul Global (Chateauraynaud e Debaz, 2017; Svampa e Viale, 2020; Lang, Bringel e Manahan, 2024).

A discussão sobre “transição justa” se adensou com a incorporação do trabalho ao debate sobre política ambiental global; e o movimento sindical internacional conseguiu colocar esse debate no centro da política climática global por meio de sua inclusão no Acordo de Paris de 2015 (Stevis, 2021; Sweeney e Treat, 2018). O argumento utilizado foi a necessidade de “desenvolver reivindicações e lutas relacionadas a uma economia e sociedade ecológica e socialmente sustentáveis”, além de impedir uma transição “realizada às custas dos trabalhadores ou dos socialmente desfavorecidos” (Azzellini, 2023, p.3).

Segundo Voet (2020, p. 7), para o movimento sindical, “transição justa” passou a significar que “a justiça social devia estar no centro das medidas necessárias para combater as alterações climáticas [...]”; além também de implicar em formas de “solidariedade para apoiar as regiões e os setores mais afetados pela descarbonização”.

Para a IndustriAll (2017, p.40), “uma transição mais justa possível sempre será criar, evoluir ou manter empregos sustentáveis [...] e deve manter os trabalhadores e seus sindicatos inteiros”.

Nesse debate, ganha relevo o conceito de “empregos verdes”, articulado à ideia de *economia verde*, promovido por organizações como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Confederação Sindical Internacional (CSI). A OIT associa os empregos verdes ao conceito de trabalho decente, reforçando a necessidade de assegurar direitos laborais, proteção social e diálogo social nas transições ecológicas (OIT, 2008 e 2012). No Brasil, esse tema vem sendo incorporado às agendas públicas desde pelo menos a década de 2000 (DIEESE, 2022).

Problema central do eixo temático:

Diante desse cenário, o problema central deste eixo temático consiste em compreender os impactos da crise ambiental e da transição energética sobre o mundo do trabalho, assim como avaliar as possibilidades de construção de uma *transição justa*, com base nas seguintes dimensões:

- ❖ Impactos negativos da crise ambiental sobre o trabalho: perdas de ocupações e meios de vida, precarização, deslocamentos forçados, perda de patrimônio e de direitos, modos de resiliência e práticas de resistência das populações que vivem de seu trabalho, direta ou indiretamente atingidas por mudanças climáticas, tendo em vista a construção de formas de obtenção de meios de vida diante de eventos climáticos extremos.
- ❖ modos de resiliência e resistência das populações trabalhadoras e suas diversas formas de organização e forças aliadas frente aos efeitos da degradação ambiental e das mudanças climáticas.
- ❖ atuação de diferentes agentes sociais no enfrentamento da crise ambiental: sindicatos, movimentos populares, coletivos culturais, associações civis, ONGs, igrejas, e também órgãos estatais e instâncias institucionais.
- ❖ Políticas públicas ambientais e energéticas, voltadas tanto para a resposta a catástrofes quanto para processos de transição ecológica, compatibilização com o desenvolvimento e inserção internacional.
- ❖ Contradições e desafios da economia verde e dos empregos verdes, buscando aprimorar a tipologia das atividades econômicas com potencial de sustentabilidade, para o Brasil, com foco em:
 - ✓ geração de energia limpa (solar, eólica, hidrogênio, hidráulica);
 - ✓ preservação da biodiversidade (em todos os biomas, inclusive urbanos);
 - ✓ renovação da infraestrutura urbana adaptada à transição energética;
 - ✓ redução de emissões na produção agropecuária (especialmente metano).

- ✓ formas de atuação do trabalho por conta própria na preservação e recuperação do meio ambiente.

2. Perguntas principais

Questão principal:

Que consequências para o mundo do trabalho advêm da destruição contínua do meio ambiente por meio de formas predatórias de produção, circulação e apropriação da riqueza, com resultados devastadores às perspectivas de trabalho decente e vida digna das populações? De que maneira essas consequências se expressam nas esferas da inserção ocupacional, geração de renda, condições de trabalho, saúde do trabalhador e das populações vulneráveis, habitação e acesso a direitos sociais?

Conflitos ambientais e sujeitos afetados:

Quais são os principais tipos de conflitos ambientais observados historicamente e na atualidade no Brasil?

Quais segmentos de trabalhadores e populações vulneráveis são os mais afetados?

Em que bases esses conflitos se estabelecem e como têm sido tratados política e institucionalmente?

Reações, lutas e formas de resistência:

Como os trabalhadores e as populações vulneráveis, junto a seus aliados, têm reagido aos impactos da crise ambiental sobre suas condições de vida e trabalho? Quais reivindicações têm sido formuladas? Quais estratégias, formas de organização, repertórios de ação e alianças têm sido mobilizados? Com que resultados?

De que forma o sindicalismo brasileiro tem incorporado a agenda da crise ambiental e da transição energética? Que ações, posicionamentos e articulações vêm sendo desenvolvidos nesse campo?

Disputas políticas e projetos em torno da transição ecológica:

Como os diversos *atores sociais* — classes sociais, grupos organizados, instituições públicas e privadas — têm se posicionado diante da crise ambiental? Que blocos de convergências e de conflitos emergem dessas posições? Quais as contradições entre a pauta ambiental e a trabalhista? Que perspectivas se delineiam, nesse quadro, para as classes trabalhadoras?

Como vem sendo conduzido o processo de transição energética no Brasil? Quais são as principais posições e estratégias em disputa? Em que fóruns e sob quais marcos normativos esse processo tem sido orientado? Quais são seus efeitos reais ou potenciais sobre o mundo do trabalho e sobre as classes trabalhadoras?

De que forma as concepções de desenvolvimento e os modelos econômicos adotados pelos governos (neoliberal, neodesenvolvimentista) impactam as políticas ambientais?

Quais iniciativas de promoção de empregos verdes vêm sendo implementadas no Brasil? Como podem ser classificadas e avaliadas em termos de sua consistência como política pública? Quais são suas principais limitações, contradições e potencialidades?

Em que direção apontar:

Quais políticas públicas — em nível federal, estadual e municipal — são necessárias para garantir uma transição ecológica justa, que enfrente os impactos da crise ambiental ao mesmo tempo em que assegure trabalho digno e inclusão social?

3. Hipóteses principais

Natureza da crise ambiental:

A crise ambiental contemporânea é fruto do acúmulo histórico de intervenções humanas predatórias sobre os ecossistemas, as quais ganharam magnitude com o capitalismo, particularmente nos contextos recentes de regimes de acumulação flexível e por espoliação.

As soluções tecnocráticas e mercadológicas predominantes tendem a obscurecer as dimensões sociais e laborais da crise ambiental, favorecendo interesses econômicos em detrimento da justiça ecológica e social.

Desigualdades e conflitos socioambientais:

Os impactos da crise ambiental global assumem feições profundamente desiguais, atingindo de forma mais intensa os países do Sul Global, como o Brasil, e nestes os segmentos populacionais mais vulneráveis, com expressões concretas em eventos extremos e desastres ambientais recorrentes.

Há uma intensificação dos conflitos socioambientais, impulsionados por tensões estruturais entre, de um lado, os processos de mercantilização dos bens naturais, exploração intensificada do trabalho e externalização dos custos ambientais; e, de outro, as resistências protagonizadas por comunidades afetadas, populações tradicionais, movimentos sociais e seus aliados.

O avanço de políticas de austeridade e de desregulamentação ambiental fragiliza ainda mais as condições de enfrentamento da crise ecológica no Brasil, aprofundando os riscos à saúde, ao trabalho e à reprodução social de comunidades vulneráveis.

Políticas públicas, transição energética e economia verde:

A transição energética no Brasil carece de centralidade estratégica nas agendas públicas, permanecendo fragmentada e carente de diretrizes claras quanto aos seus objetivos, modelos de financiamento, governança e efeitos econômicos e sociais.

Embora o debate sobre empregos verdes esteja presente no país, ele ainda não se consolidou como uma política estruturada, carecendo de uma formulação coerente sobre seus potenciais, diretrizes operacionais e impactos sobre o mercado de trabalho.

As políticas públicas voltadas à transição energética no Brasil tendem a reproduzir desigualdades sociais e regionais, ao não incorporarem de forma suficiente os princípios de uma transição justa, inclusiva e baseada nos direitos dos trabalhadores.

Atores sociais e mundo do trabalho:

O sindicalismo brasileiro ainda não se constituiu como um ator relevante e articulado no debate sobre a crise ambiental e a transição energética, o que limita a inserção das pautas do trabalho e das classes trabalhadoras nesse campo estratégico de disputa.

Iniciativas locais e territoriais protagonizadas por movimentos sociais, sindicatos e coletivos ambientais têm potencial para influenciar alternativas de transição energética mais justas, embora enfrentem limites institucionais e políticos para sua ampliação.

A ausência de articulação entre agendas ambientais, energéticas e trabalhistas favorece soluções tecnocráticas e mercadológicas para a crise ecológica, em detrimento de abordagens orientadas por justiça social, equidade e participação democrática.

4. Objetivo específico

Objetivo específico	Metas
Analisar as implicações da crise ambiental e dos esforços de transição energética para o trabalho no Brasil. Na perspectiva do INCT-Trabalho, esse é um desafio cada vez mais importante para os estudos do trabalho. Este projeto visa posicionar uma agenda de pesquisas e reflexões com forte componente interdisciplinar e apontar tendências. Visa, ao mesmo tempo, envidar esforços para colocar o tema do trabalho, dos trabalhadores e seus direitos na agenda dos debates sobre transição energética e justiça climática.	26, 27, 28, 29, 44, 45, 46 e 47

5. Estratégias metodológicas

A partir de ampla revisão bibliográfica, produzir um estado da arte sobre os estudos a respeito dos impactos das mudanças climáticas e da crise ambiental sobre o trabalho.

Com base em dados secundários disponíveis (IBGE, Banco Central, Ministério do Trabalho, Rais/Caged, registros do MEI, OIT, Cepal, Banco Mundial, OCDE, entre outros), produzir séries históricas (últimos 20 anos) com foco nas diversas formas de trabalho consideradas como “empregos verdes”, considerando: posição na ocupação,

tipos de ocupação, níveis de remuneração, jornada de trabalho, escolaridade e qualificação, formal-informal etc. Produzir recortes por sexo, etnia-raça, geração, região, setor da economia.

Inserção de quesitos, no SURVEY NACIONAL GERAL, sobre o tema dos impactos das mudanças climáticas e da crise ambiental sobre o trabalho.

Inserção de questões, nas ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM REPRESENTANTES DOS ATORES ESTRATÉGICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA (empresários, sindicalistas, políticos de espectros diversos, gestores públicos, agentes do poder judiciário, pessoas influentes da sociedade civil), sobre como interpretam o tema dos impactos das mudanças climáticas e da crise ambiental sobre o trabalho.

Com base nessas entrevistas e em pesquisa documental e midiática, apurar os posicionamentos históricos e atuais das principais classes, grupos e agentes sociais sobre os impactos das mudanças climáticas e da crise ambiental sobre o trabalho.

Realização de 9 estudos específicos quanti e qualitativos sobre os seguintes temas:

- ❖ 5 casos representativos de populações que vivenciaram eventos climáticos extremos ocorridos no país nas últimas décadas (inundações, contaminações, secas, entre outros) e seus impactos no trabalho. Cada estudo de caso deve se referir a uma região do país, sendo escolhidos com base nas proporções adquiridas e na diversidade de situações.
- ❖ análise das medidas tomadas no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em matéria de regulação do meio ambiente (últimos 20 anos), com foco nas suas implicações para trabalhadores e populações socialmente mais vulneráveis.
- ❖ Tipologização e análise dos principais conflitos ambientais ocorridos no país, envolvendo empresas, governos e comunidades locais e organizações aliadas (últimos 30 anos).
- ❖ Tipologização e análise das principais expressões de emprego verde no país: atividades, ocupações, relação com a preservação e ou recuperação ambiental, atores envolvidos e papéis desempenhados.
- ❖ balanço da atuação sindical e da negociação coletiva no país, dos anos 2000 até os dias atuais, por ramo da economia, especificamente quanto à presença de temas relacionados aos impactos das mudanças climáticas e da crise ambiental sobre o trabalho.

6. Referências bibliográficas básicas

ACSELRAD, H. (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. *et al.* Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? e-cadernos CES 17, 2012, @cetera: 164-183.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 5, p. 49-60, jan./jun. 2002. Editora UFPR.

AZZELLINI, Dario. *Sustainable Work and Just Transition – Policies and Labour Movement Actors in France, the United Kingdom, Germany, Norway, Spain, Poland, Colombia, Mexico and the Philippines*. Geneva: Rosa Luxemburg Stiftung, 2023.

CHATEAURAYNAUD, F.; DEBAZ, J. *Aux bords de l'irréversible. Sociologie pragmatique des transformations*. Paris: Éditions Pétra, 2017.

DIEESE. *Empregos verdes no Brasil: panorama e desafios*. São Paulo: DIEESE, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004. (Original: *The New Imperialism*, 2003).

INDUSTRIALL Global Union. *The Challenge of Industry 4.0 and the Demand for New Answers*. Geneva: IndustriALL Global Union, 2017. Disponível em: https://www.industriall-union.org/sites/default/files/uploads/documents/2017/Sweden/Industriall_Global_Union_The_Challenge_of_Industry_4_0_and_the_Demand_for_New_Answers_2017.pdf.

KLEIN, N. *This changes everything: capitalism vs. the climate*. New York: Simon & Schuster, 2014.

LANG, M.; BRINGEL, B; MANAHAN, M. (Eds.). *Más allá del colonialismo verde: Justicia global y geopolítica de las transiciones ecosociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2024.

MARTÍNEZ ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

MOORE, J. W. *Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022.

OIT. *Empregos Verdes: Trabalho decente em um mundo sustentável e com baixas emissões de carbono*. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2008.

OIT. *Hacia el desarrollo sostenible: Oportunidades de trabajo decente e inclusión social en una economía verde / Oficina Internacional del Trabajo - Ginebra*: OIT, 2012.

ROCKSTRÖM, J. et al. *A safe operating space for humanity*. *Nature*, v. 461, n. 7263, p. 472–475, 2009.

STEVIS, Dimitris. “The globalization of Just Transition in the world of labour: The politics of scale and scope”. *Tempo Social*, v. 33, n. 2, p. 43-63, maio/ago. 2021. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.178198.

SVAMPA, M.; VIALE, E. *El colapso ecológico ya llegó: una brújula para salir del (mal) desarrollo*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora, 2020.

SWEENEY, Sean; TREAT, John. *Trade Unions and Just Transition: The Search for a Transformative Politics*. Working Paper nº 11. New York: Trade Unions for Energy Democracy (TUED), em cooperação com Rosa Luxemburg Stiftung – New York Office

e Murphy Institute at the City University of New York, 2018. Disponível em:
<https://www.rosalux.de/en/publication/id/38851/trade-unions-and-just-transition>.



Eixo 7 - As fragilidades das lutas dos trabalhadores por direitos

1. Posicionando o problema geral de pesquisa

O novo sindicalismo e a reorganização da classe trabalhadora nos anos 1970 e 1980:

A eclosão das greves operárias no final dos anos 1970, notadamente no ABC paulista, marcou o surgimento do chamado “novo sindicalismo”. Esse movimento buscava articular reivindicações econômicas (como a reposição de perdas salariais) com pautas políticas mais amplas, como a luta contra a ditadura militar e a crítica ao modelo sindical corporativista. Destacava-se, nesse contexto, a defesa da autonomia sindical, da liberdade de organização e do enraizamento das entidades nos locais de trabalho (Antunes, 1992; Vêras de Oliveira, 2011).

Esse ciclo resultou em uma era de ouro do sindicalismo brasileiro, com greves massivas (Noronha, 2009), a reconquista de entidades sindicais antes dominadas por dirigentes “pelegos” e a fundação de duas centrais sindicais de relevo: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1986. Especialmente a CUT teve papel destacado na convocação de greves gerais e na Assembleia Nacional Constituinte que resultou na Constituição de 1988, a qual incorporou importantes avanços nos direitos sociais e trabalhistas (Vêras de Oliveira, 2011).

Neoliberalismo e inflexão no sindicalismo nos anos 1990:

A partir da década de 1990, o sindicalismo enfrentou um cenário desfavorável, marcado pela reestruturação produtiva, a abertura econômica, o avanço da ideologia neoliberal e as reformas trabalhistas que buscaram flexibilizar e desregular o mercado de trabalho. Houve queda nas taxas de sindicalização e no número de greves, além de uma pulverização das entidades sindicais e descentralização das negociações coletivas (Cardoso, 2003; Galvão, 2007).

Nesse contexto, setores sindicais antes críticos ao corporativismo passaram a defender a estrutura sindical vigente, como forma de resistência frente à ofensiva neoliberal. A luta sindical assumiu caráter predominantemente defensivo, focada na preservação de direitos e empregos. A burocratização dos sindicatos e a sua distância das novas configurações da força de trabalho também comprometeram sua representatividade (Rodrigues, 1999).

A bibliografia que trata do tema destacou como fatores que concorreram para isso, entre outros, o contexto econômico de baixo crescimento e elevado desemprego, os efeitos da flexibilização das relações de trabalho, em especial com a disseminação da terceirização, a burocratização dos sindicatos, que separa dirigentes e base, comprometendo sua representatividade efetiva, a ascensão da ideologia neoliberal, contaminando a sociedade e os trabalhadores, além das mudanças na composição da

força de trabalho, com redução do emprego industrial e crescimento do setor de serviços e do trabalho precário – ao que se mostra, em geral, menos afeita à ação coletiva e à atuação sindical (Boito Jr., 1999; Ramalho e Santana, 2003; Vêras de Oliveira, 2011).

Autores como Ramalho e Rodrigues (1998) e Vêras de Oliveira (2011) apontaram, contudo, a adoção de novas estratégias, como a negociação da reestruturação produtiva, as câmaras setoriais e o “sindicato cidadão”, indicando tentativas de renovação da agenda sindical e ampliação da sua atuação para além do chão de fábrica, processo esse que, contudo, não se mostrou isento de contradições (Galvão, 1998).

Rearticulação e desafios no ciclo de crescimento econômico (2003–2015)

Durante os governos Lula e Dilma, observou-se certo fortalecimento do movimento sindical, impulsionado pela recuperação econômica e institucionalização do diálogo tripartite. Baltar e Krein (2013) falaram em retomada do crescimento com melhora nos indicadores de mercado de trabalho, enquanto Boito Jr. e Marcelino (2010) constataram um novo ciclo de greve nos anos 2000 e defenderam a ideia de uma recuperação relativa da ação sindical. Cardoso (2015) destacou que, embora em níveis inferiores aos anos 1980, houve crescimento das greves e uma melhor performance das negociações coletivas.

Entretanto, houve quem considerasse que, apesar da recuperação, teria havido perda de protagonismo político do sindicalismo, frente a uma base trabalhadora cada vez mais heterogênea e a novas demandas sociais não absorvidas pelas formas tradicionais de organização (Araújo e Oliveira, 2011).

A taxa de sindicalização, segundo dados da PNAD (IBGE), apresentou leve crescimento entre 2001 e 2006 (de 19,3% para 21%), mas voltou a declinar, atingindo 16,6% em 2013 – o menor índice desde 1988 (Cardoso, 2015).

Desmonte institucional e nova reconfiguração (2016–atualidade)

O ciclo político iniciado em 2016 – com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff – marcou uma inflexão abrupta no cenário político-institucional. Como mencionado antes, a aprovação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) significou o fim da contribuição sindical obrigatória, a prevalência do negociado sobre o legislado e a flexibilização generalizada das formas de contratação, com forte impacto sobre a Justiça do Trabalho e as negociações coletivas (Galvão *et al.*, 2019). O governo Bolsonaro (2019–2022) intensificou a ofensiva contra os direitos sociais e as organizações sindicais, conformando um quadro mais amplo de transformações no mercado de trabalho, precarização, informalidade e plataformação (Marcelino e Galvão, 2020; Colombi *et al.*, 2022).

Segundo o IBGE, a taxa de sindicalização caiu de 16,1% em 2012 para 8,4% em 2023, afetando tanto setores tradicionalmente organizados (como indústria, serviços modernos

e servidores públicos) quanto os segmentos mais precarizados (comércio e serviços, trabalhadores autônomos/por conta própria), onde historicamente já havia baixa sindicalização.

Emergência de novas formas de organização fora dos sindicatos

A precarização das relações de trabalho e o crescimento do trabalho por conta própria e mediado por plataformas digitais vêm colocando novos desafios à ação sindical. Muitos trabalhadores nessas condições não se veem representados pelos sindicatos tradicionais e desenvolvem formas alternativas de organização e luta (Galvão, Lemos e Trópia, 2023; Braga, 2017).

Desde 2020, o país tem registrado mobilizações organizadas por entregadores e motoristas de aplicativo, destacando-se o movimento conhecido como “Breque dos Apps”. As pautas dessas greves e mobilizações autônomas incluem melhores condições de trabalho, aumento da remuneração por entrega, fim dos bloqueios arbitrários e proteção em casos de acidente. Tais mobilizações ocorrem muitas vezes fora do escopo das entidades sindicais clássicas e articulam-se via redes sociais, coletivos informais e associações independentes, desafiando os modelos tradicionais de representação sindical (Santana e Antunes, 2025). Enquanto sindicatos históricos buscam formas de incorporar esses trabalhadores, têm surgido novas organizações e articulações híbridas, a exemplo dos Entregadores Antifascistas, da Associação Nacional de Trabalhadores com Entregas por Aplicativos (ANTESP) e da Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativos (ANEA).

Esse novo ativismo tem características próprias: horizontalidade, forte uso de mídias digitais, identidade coletiva baseada na condição comum de precarização e vínculo com pautas de justiça social mais amplas. Ele expressa, ao mesmo tempo, as limitações do sindicalismo tradicional e alguma vitalidade da luta social em contextos de desproteção (Antunes, 2018; Abílio, Grohmann e Weiss, 2021; Amorim, Cardoso e Bridi, 2022; Galvão, 2023; Pereira e Galvão, 2024).

Diante desse cenário, o problema central deste eixo temático consiste em compreender os impasses e desafios da crise da agência das classes trabalhadoras no Brasil, assim como as possibilidades que o contexto atual indica.

2. Perguntas principais

Questão principal:

Como o sindicalismo brasileiro tem respondido às transformações econômicas, tecnológicas e ambientais, especialmente nos contextos do processo de flexibilização das relações de trabalho, da digitalização da economia, da crise ecológica e da transição demográfica? Que iniciativas foram implementadas e com quais resultados?

Principais transformações que afetam o sindicalismo brasileiro:

Como evoluíram as taxas de sindicalização no Brasil nas últimas décadas, segundo região, setor econômico, tipo e posição na ocupação, nível de escolaridade, faixa etária, sexo e raça/cor?

Quais foram os principais padrões de variação das greves no país nesse mesmo período, considerando frequência, duração, abrangência, região e setor da economia?

Como se transformou o número de sindicatos registrados no Brasil nas últimas décadas, segundo região, ramo de atividade e base territorial?

Como evoluíram os indicadores de representatividade das centrais sindicais desde os anos 1980, considerando número de trabalhadores representados e número de sindicatos filiados, por região e setor da economia?

Quais foram as principais mudanças nas negociações coletivas no Brasil nas últimas décadas, quanto aos temas pautados, conquistas e perdas, formas e condições de negociação, e resultados obtidos?

Como evoluíram as ações sindicais além das negociações coletivas e greves, da década de 1970 até os dias de hoje, por região e setor da economia?

Que formas de ação sindical, além das greves e das negociações coletivas, se destacaram desde os anos 1970, e como evoluíram em diferentes regiões e setores econômicos (ex: campanhas, formação, mobilizações locais, articulações institucionais)?

Impactos da Reforma Trabalhista de 2017 na organização sindical

Quais os principais efeitos da Reforma Trabalhista de 2017 sobre as taxas de sindicalização, a estrutura sindical e a dinâmica da negociação coletiva no Brasil?

Como os sindicatos têm buscado se reinventar diante da perda de base social e do fim da obrigatoriedade da contribuição sindical?

Quais transformações institucionais decorrentes da Reforma Trabalhista mais impactaram a capacidade de ação coletiva dos trabalhadores?

Que estratégias organizativas, jurídicas, políticas e comunicacionais vêm sendo utilizadas pelas entidades sindicais para enfrentar os efeitos da reforma?

Desafios contemporâneos da organização e luta das classes trabalhadoras por direitos e de suas formas de organização

Quais experiências de organização coletiva de trabalhadores precarizados têm surgido à margem dos sindicatos tradicionais? Como se estruturam, que pautas reivindicam, como atuam e que resultados obtiveram?

Quais são os principais pontos de articulação e de tensão entre formas tradicionais (sindicais) e novas formas (não sindicais) de organização dos trabalhadores?

Como as organizações de trabalhadores – tradicionais e emergentes – têm utilizado as mídias digitais e que efeitos essa presença tem produzido sobre sua capacidade de mobilização, organização e influência política?

Que iniciativas de internacionalização das lutas dos trabalhadores contam com a participação de organizações sindicais e não sindicais brasileiras? Quais são seus limites, potencialidades e impactos concretos?

Quais estratégias e repertórios de ação vêm sendo adotados pelas organizações de trabalhadores para ampliar sua base social, especialmente entre jovens, mulheres, pessoas negras, idosos e outros grupos historicamente marginalizados?

Quem são os principais aliados das organizações de trabalhadores no atual contexto político e social? Quais articulações têm sido construídas com movimentos sociais, universidades, partidos ou ONGs?

Como as organizações sindicais e não sindicais vêm respondendo ao movimento VAT e às lutas contra a escala 6x1? De que forma o tema da gestão do tempo de trabalho e da regulação da jornada aparece em suas pautas e lutas?

Como os(as) trabalhadores(as) vêm se organizando diante de transformações estruturais como digitalização, fragmentação das classes trabalhadoras e enfraquecimento das instituições de representação coletiva?

Percepção dos trabalhadores sobre organização e luta por direitos:

Como as aspirações por autonomia e a ideologia do empreendedorismo impactam a organização e a ação coletiva?

Como as aspirações por renda, crescimento econômico e emprego impactam a posição dos trabalhadores e suas organizações sobre as questões ambientais?

Quais pautas e reivindicações mobilizam trabalhadores precarizados, especialmente jovens e mulheres? Por quais causas estariam dispostos a lutar dentro ou fora dos sindicatos?

Como os trabalhadores percebem os sindicatos, as centrais sindicais e os partidos políticos? Como se dá sua confiança (ou desconfiança) nessas instituições?

De que forma marcadores sociais como gênero, raça/etnia, religião e nível de escolaridade influenciam a disposição dos trabalhadores para a organização coletiva e a luta por direitos?

Qual é a percepção dos trabalhadores sobre a escala 6x1 e a luta pelo seu fim? Esse tema aparece como prioridade em suas pautas e mobilizações?

3. Hipóteses principais

Transformações estruturais do sindicalismo brasileiro (1970-atualidade):

As taxas de sindicalização no Brasil começam a apresentar sinais de queda a partir dos anos 1990 (mesmo que com oscilações), passa a cair continuamente a partir do começo dos anos 2010 e, de forma ainda mais acentuada, após a Reforma Trabalhista de 2017, sobretudo entre jovens, trabalhadores com menor escolaridade, mulheres e negros.

A distribuição regional e setorial da sindicalização revela maior declínio nas regiões Sudeste e Sul e nos setores industriais, e relativa estabilidade nos serviços públicos e em algumas categorias profissionais organizadas nacionalmente.

Os ciclos de greves refletem o contexto político-econômico e a vitalidade da organização sindical: houve crescimento nos anos 1980, declínio nos 1990, rearticulação parcial no ciclo lulista e nova retração no pós-2016.

A quantidade de sindicatos cresceu significativamente até meados dos anos 2010, refletindo tanto a fragmentação organizacional quanto a lógica de sustentação via imposto sindical.

A representatividade das centrais sindicais, mesmo com seu reconhecimento jurídico-institucional, em 2008, enfrenta queda de legitimidade e base social, principalmente desde a crise de 2015-2016.

As negociações coletivas perderam abrangência e força normativa, com diminuição de ganhos reais e foco crescente na defesa de direitos já existentes, especialmente após a Reforma de 2017.

Impactos da Reforma Trabalhista de 2017:

A Reforma Trabalhista de 2017 desestruturou o sistema sindical brasileiro, afetando sobretudo sindicatos de base frágil e dependentes do imposto sindical.

A perda da contribuição obrigatória enfraqueceu financeiramente os sindicatos, mas também impulsionou processos seletivos de reorganização e reconexão com as bases em algumas entidades.

A reforma ampliou o poder patronal nas negociações e reduziu o alcance das cláusulas protetivas, aprofundando a assimetria entre capital e trabalho.

Os sindicatos com maior capacidade jurídica, inserção política e base estruturada conseguiram formular estratégias adaptativas, inclusive com uso de plataformas digitais, parcerias interinstitucionais e campanhas de sindicalização ativa.

Desafios contemporâneos da organização e ação coletiva

O sindicalismo brasileiro tem dificuldade de incorporar as novas formas de trabalho (plataformas digitais, trabalho remoto, intermitente), mantendo uma atuação mais centrada nos vínculos celetistas tradicionais.

Emergiram novas formas de organização de trabalhadores precarizados e de plataformas (ex: associações, coletivos, redes), que atuam com pautas específicas, forte uso de mídias digitais e formas híbridas de mobilização.

As mídias digitais se tornaram espaços centrais para mobilização, visibilidade e construção de identidade coletiva, embora sua efetividade varie segundo o capital organizativo acumulado.

As ações contra a escala 6x1, especialmente no setor de entregas e comércio, apontam para novas lutas em torno do tempo de trabalho, da saúde mental e da qualidade de vida, que ainda não foram plenamente incorporadas pela agenda sindical clássica.

As articulações entre sindicatos, coletivos de base, universidades, partidos e movimentos sociais são cruciais para ampliar a incidência das organizações de trabalhadores, mas permanecem pontuais e fragmentadas.

Percepção dos trabalhadores sobre organização e luta por direitos:

Há uma crescente desconfiança dos trabalhadores — especialmente jovens, mulheres e pessoas negras — em relação aos sindicatos e partidos, como consequência do distanciamento institucional, da fragmentação da classe trabalhadora e de mudanças mais profundas na sociabilidade, com a penetração do ideário neoliberal de valorização da competição, do individualismo e do empreendedorismo.

A disseminação da ideologia neoliberal impacta os valores de solidariedade necessários à organização e à ação coletiva, desafia o sindicalismo, mas os sindicatos seguem tendo papel relevante na conquista de direitos e na defesa da democracia.

A disposição para a luta coletiva está mais vinculada a experiências concretas de injustiça e mobilização local, do que a discursos tradicionais do sindicalismo. A luta por direitos sociais e trabalhistas universais perde espaço para a mobilização em torno de direitos focalizados e interesses econômico-corporativos.

Ao mesmo tempo, as pautas relacionadas a tempo de trabalho, saúde, racismo, assédio e precarização digital mobilizam mais fortemente os novos segmentos da classe trabalhadora do que as reivindicações salariais tradicionais.

Marcadores sociais como gênero, raça e escolaridade influenciam diretamente a percepção de direitos, as estratégias de organização e os obstáculos enfrentados na ação coletiva.

A presença sindical nas periferias e nas frentes de trabalho informal e por conta própria ainda é incipiente, o que limita a capacidade de ampliar a base social do sindicalismo no Brasil.

4. Objetivo específico

Objetivo específico	Metas
Consolidar uma análise sobre as fragilidades das lutas laborais por direitos no país. A agência das classes trabalhadoras ganhou importância histórica com o desenvolvimento industrial, destacando-se a atuação sindical no imediato pré-1964 e na passagem dos anos 1970 aos 1980. A partir dos anos 1990, a capacidade de ação sindical tem sido afetada. Este projeto pretende realizar um amplo estado da arte dos estudos sobre o tema, posicionar uma interpretação e indicar tendências.	30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 44, 45, 46 e 47

5. Estratégias metodológicas

A partir de ampla revisão bibliográfica, produzir um estado da arte sobre os estudos a respeito do tema sobre a atuação (organização e luta) das classes trabalhadoras diante das transformações do mundo do trabalho nas últimas décadas no país.

Com base em dados secundários disponíveis (IBGE, Ministério do Trabalho, Rais/Caged, DIEESE, OIT, entre outros), produzir séries históricas das últimas décadas com foco nos indicadores de greves e sindicais, considerando: taxa de sindicalização, número de greves, número de sindicatos, número de sindicatos por centrais sindicais, número de trabalhadores representados por centrais sindicais etc. Produzir recortes por sexo, etnia-raça, geração, região, setor da economia.

Com base em dados secundários disponíveis (Ministério do Trabalho, DIEESE, OIT, entre outros), produzir análises históricas (a partir de 1970) sobre temas tratados nas negociações coletivas, ganhos e perdas alcançados. Produzir recortes por região e setor da economia.

Inserção de quesitos, no SURVEY NACIONAL GERAL, sobre a atuação (organização e luta) das classes trabalhadoras diante das transformações do mundo do trabalho nas últimas décadas no país, sua percepção sobre os sindicatos e sua disposição à ação coletiva.

Inserção de questões, nas ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM REPRESENTANTES DOS ATORES ESTRATÉGICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA (empresários, sindicalistas, políticos de espectros diversos, gestores públicos, agentes do poder judiciário, pessoas influentes da sociedade civil), sobre como interpretam o tema da atuação (organização e luta) das classes trabalhadoras diante das transformações do mundo do trabalho nas últimas décadas no país.

Com base nessas entrevistas e em pesquisa documental e midiática, apurar os posicionamentos históricos e atuais das principais classes, grupos e agentes sociais sobre a atuação (organização e luta) das classes trabalhadoras diante das transformações do mundo do trabalho nas últimas décadas no país.

Realização de 9 estudos específicos quanti e qualitativos sobre os seguintes temas:

- ❖ 5 casos experiências de organização de trabalhadores precários, constituídas em paralelo com as formas tradicionais de organização sindical (origens, forma de organização e ação, como se articula com o sindicalismo tradicional, dificuldades e potencialidades, resultados). Cada estudo de caso deve se referir a uma região do país, sendo escolhidos com base na sua importância regional e de modo a garantir diversidade de situações.
- ❖ análise das medidas tomadas no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em matéria de regulação da organização e manifestações dos trabalhadores (últimos 20 anos).
- ❖ análise das iniciativas das centrais sindicais diante das transformações trazidas com a digitalização da economia, a crise ambiental e a transição demográfica.
- ❖ análise das posições e iniciativas das centrais sindicais com vistas à regulação dos direitos de greves, de negociação coletiva e de organização sindical no país.
- ❖ balanço da atuação sindical e da negociação coletiva no país, dos anos 1990 até os dias atuais, por ramo da economia, com foco nas principais mudanças de temas, de formas de estruturação e de resultados.

6. Referências bibliográficas básicas

AMORIM, H.; CARDOSO, A. C. M.; BRIDI, M. A. Capitalismo industrial de plataforma: externalizações, sínteses e resistências. Caderno CRH (Online), v. 35, p. 1-15, 2022.

ANTUNES, Ricardo. A rebeldia do trabalho (O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80). Campinas: Unicamp, 1992. 220p.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Angela; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. El sindicalismo brasileño en la Era de Lula. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, v. 05, p. 83-112, 2011.

BALTAR, Paulo Eduardo; KREIN, José Dari. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 68, p. 273-292, 2013.

BOITO JÚNIOR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BOITO JR., Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás?: um novo ciclo de greves na década de 2000. Caderno CRH, v. 23, p. 323-338, 2010.

BRAGA, R.. A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017. 272p.

CARDOSO, A. M.. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003. 327p.

CARDOSO, A. M.. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 75, p. 493-510, Set./Dez. 2015.

COLOMBI, Ana Paula *et al.* Panorama do sindicalismo brasileiro 2015-2021. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

GALVÃO, A. Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

GALVÃO, A.; LEMOS, P. R.; TRÓPIA, Patrícia. Trade union strategies for organizing workers affected by precarization in Brazil. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, v. 27, p. 185-209, 2023.

GALVÃO, Andréia; CASTRO, Bárbara; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane. Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. Caderno CRH, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269, Maio/Ago. 2019.

MARCELINO, Paula.; GALVÃO, Andréia. O sindicalismo brasileiro frente à ofensiva neoliberal restauradora. Tempo Social, v. 32, p. 157-182, 2020.

NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. Lua Nova, São Paulo, 76: 119-168, 2009.

PEREIRA, E. J. R.; GALVÃO, Andréia. Na corrida pela representação: os sindicatos de trabalhadores por aplicativos de São Paulo. Revista da ABET, v. 23, p. 1-21, 2024.

POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos da inserção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo na Inglaterra e no Brasil: estratégias diante das novas formas de produção. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 12, n.4, p. 142-153, 1998.

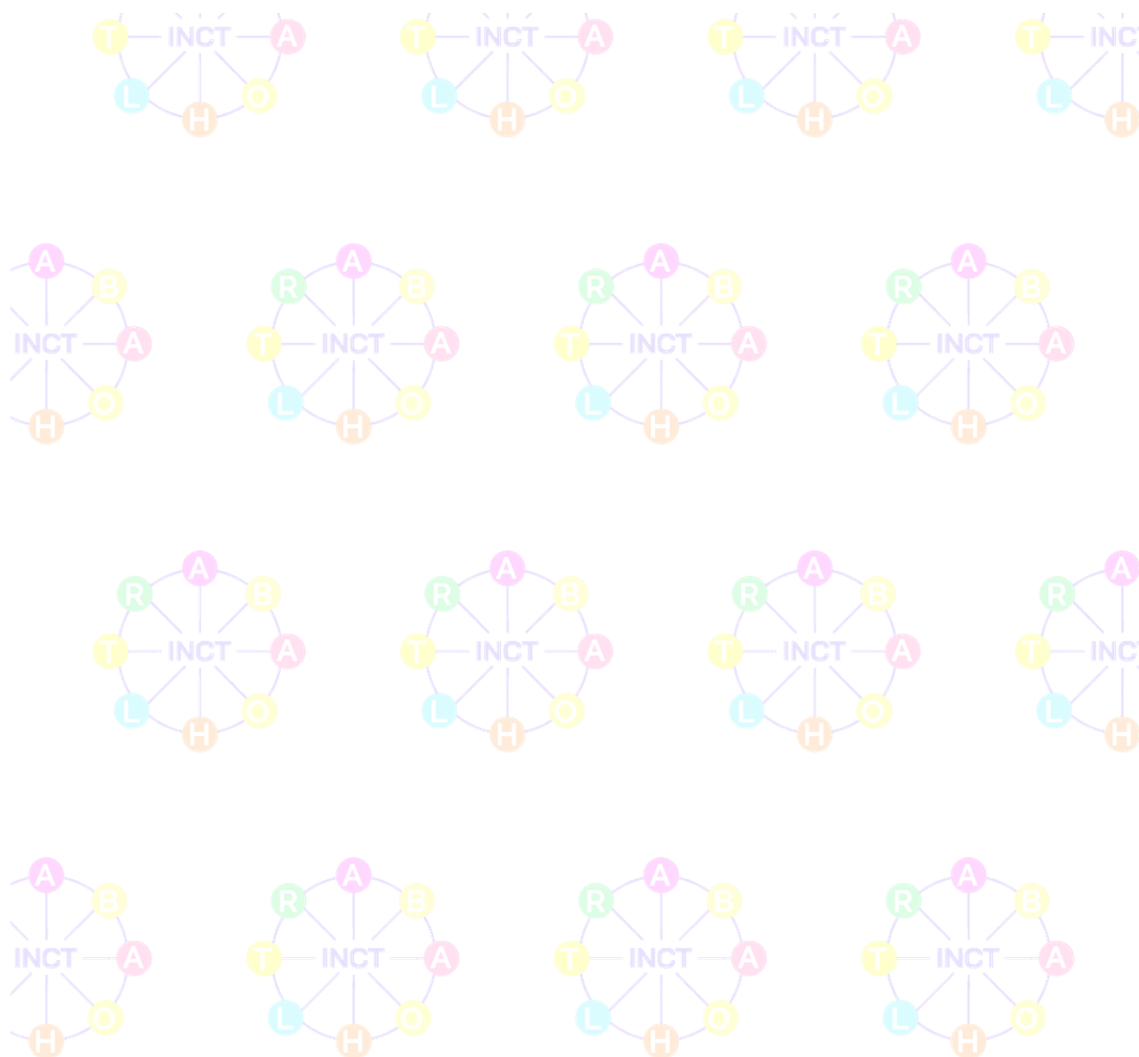
RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. In: José Ricardo Ramalho; Marco Aurélio Santana. (Org.). Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2003, v. 1, p. 11-43.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Destino do sindicalismo, São Paulo: Edusp, 1999, 335 p.1999.

SANTANA, M; ANTUNES, M. A pandemia da uberização e a revolta dos precários. Le Monde Diplomatique, Edição 217, Agosto 2025.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. São Paulo: Annablume, 2011.

VÉRAS OLIVEIRA, Roberto; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (orgs.). O sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014. 404 p.



Eixo 8 - As inconsistências das políticas de inclusão social e equidade

1. Posicionando o problema geral de pesquisa

Conceituação:

As políticas públicas de inclusão social via trabalho constituem um conjunto de ações estatais orientadas para a redução das desigualdades sociais, por meio da ampliação do acesso ao trabalho, à renda e aos direitos trabalhistas. Seu objetivo é integrar populações histórica e recentemente excluídas do mercado de trabalho em condições mais justas e protegidas.

Essas ações se situam na interseção entre as políticas sociais (como saúde, educação e assistência social) e as políticas econômicas (voltadas à produção, crescimento e geração de emprego e renda).

Terminologias e classificações:

A literatura adota diversas denominações para esse conjunto de iniciativas, refletindo diferentes enfoques e abordagens:

- ❖ Políticas públicas de emprego (Azeredo e Ramos, 1995);
- ❖ Políticas de emprego e proteção social (Barbosa e Moretto, 1998);
- ❖ Políticas de emprego e renda (Ramos, 2003);
- ❖ Políticas de trabalho, emprego e renda (Cardoso Jr. *et al.*, 2006);
- ❖ Políticas ativas de mercado de trabalho (Cacciamali, 2005);
- ❖ Políticas de inclusão produtiva (Silva, 2020).

Ações e instrumentos adotados:

As políticas de inclusão via trabalho compreendem um amplo leque de iniciativas:

- ❖ Regulação do mercado de trabalho;
- ❖ Formação e qualificação profissional;
- ❖ Intermediação de mão de obra;
- ❖ Incentivos à contratação e formalização;
- ❖ Fomento ao microempreendedorismo;
- ❖ Ações de proteção social;
- ❖ Políticas de inserção de jovens e de populações vulneráveis;
- ❖ Cotas de inserção ocupacional para mulheres, negros e pessoas com deficiência;
- ❖ Integração de trabalhadores informais aos sistemas de proteção social e trabalhista.

Críticas e limites das políticas existentes:

Estudos críticos identificam diversas insuficiências e contradições nessas políticas. Azeredo e Ramos (1995) apontaram a baixa articulação, no Brasil e em outros países latino-americanos, entre desenvolvimento produtivo, formação profissional e regulação trabalhista. A maioria das ações em curso foi avaliada como pontual, descontínua e dependente de conjunturas econômicas favoráveis.

Vidal (2022) argumenta que houve uma convergência entre as políticas sociais e a lógica do ajuste fiscal e da competitividade, promovendo uma “inclusão pelo mercado”. Isso resultou em políticas focalizadas e seletivas, com ênfase na empregabilidade individual, ignorando relações estruturais de desigualdade.

Mallardi (2015), ao analisar os Programas de Transferência Monetária Condicionada (como o Bolsa Família), mostra que, embora eficazes na redução da pobreza extrema, esses programas mantêm um perfil compensatório e não se articulam com uma política ampla de trabalho decente. Tais programas muitas vezes operam como substitutos parciais de uma política de emprego universal, não como parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento inclusiva.

Miranda e Alfredo (2018) e Isacovich (2015) destacam que as políticas de inserção juvenil na América Latina priorizam a empregabilidade imediata e a transição rápida para o mercado, negligenciando a construção de trajetórias de trabalho estáveis e protegidas.

Leite e Souza (2010) chamam atenção para a inserção tardia e precária da perspectiva de gênero e étnico-racial nas políticas públicas de emprego no Brasil, marcadas por baixa institucionalidade e resistência à sua implementação efetiva.

Sachs (2004) propõe que a verdadeira inclusão social requer o acesso ao trabalho decente, entendido como aquele com direitos, proteção, remuneração justa e participação coletiva. Ressalta, contudo, que persistem barreiras como a informalidade, desigualdades estruturais e instabilidade macroeconômica.

Para além da empregabilidade:

O balanço da bibliografia consultada revela que, apesar de avanços pontuais e da ampliação de proteção a certos segmentos populacionais, as políticas públicas de inclusão via trabalho permanecem fragmentadas, desarticuladas e, muitas vezes, submetidas à lógica de mercado.

A ênfase excessiva na inserção individual e na capacitação técnica desloca o foco da transformação estrutural do mercado de trabalho e da garantia de direitos. Para avançar rumo à equidade, é preciso recentrar o trabalho decente como eixo das políticas públicas, fortalecer a regulação estatal e articular justiça social com desenvolvimento econômico sustentável e redistributivo.

Diante desse cenário, o problema central deste eixo temático consiste em analisar as inconsistências e incompletudes das políticas de inclusão social e de equidade pela via do trabalho no Brasil e sugerir no sentido da superação de tais inconsistências e incompletudes.

2. Perguntas principais

Questão principal:

Quais as principais inconsistências e incompletudes das políticas de inclusão social e de equidade pela via do trabalho no Brasil e quais os caminhos para superá-las?

Concepção e objetivos das políticas:

Quais concepções de inclusão social estão presentes nas políticas públicas de trabalho, emprego e renda no Brasil?

De que modo as políticas públicas de inclusão via trabalho articulam os objetivos sociais e econômicos do Estado?

Terminologias e enfoques teóricos:

Quais são as implicações conceituais e práticas das diferentes denominações utilizadas para políticas públicas de inclusão via trabalho (como “políticas de emprego e renda” ou “políticas de inclusão produtiva”)?

Como as diferentes classificações dessas políticas refletem disputas de projeto político e visões de desenvolvimento?

Instrumentos e ações implementadas:

Quais instrumentos têm sido mais utilizados nas políticas públicas de inclusão via trabalho no Brasil?

Como os diferentes mecanismos – a exemplo da qualificação profissional, fomento ao empreendedorismo ou cotas – contribuem (ou não) para reduzir desigualdades estruturais?

Quais as contradições, limites e inconsistências dessas políticas? E as políticas têm promovido uma inserção mais estável e protegida no mercado de trabalho ou têm reproduzido formas precárias de ocupação?

Sobre a articulação entre políticas sociais e econômicas:

De que forma as políticas públicas de inclusão via trabalho se articulam (ou não) com políticas de desenvolvimento produtivo, industrial e regional?

Qual o grau de integração entre as políticas de formação profissional e os setores dinâmicos da economia nacional e regional?

Limitações estruturais e críticas:

Quais são os principais limites das políticas de inclusão via trabalho frente à reestruturação produtiva, ao avanço das plataformas digitais e à informalidade expandida?

As políticas têm contribuído para a construção de um mercado de trabalho mais equitativo em termos de gênero e raça?

Quais as principais limitações e avanços na atuação das representações dos trabalhadores na formulação e desenvolvimento das políticas de inclusão social e equidade?

Até que ponto essas políticas têm sido condicionadas por restrições fiscais e pela lógica de focalização e seletividade?

Em que medida os programas de transferência de renda funcionam como substitutos de uma política de emprego mais ampla?

Sobre alternativas e diretrizes futuras:

Quais seriam os elementos fundamentais de uma política pública de trabalho voltada para a equidade e o desenvolvimento sustentável?

Como fortalecer a perspectiva do trabalho decente no desenho e na implementação das políticas públicas de inclusão?

Que experiências internacionais poderiam inspirar a construção de uma política mais integrada e universalista no Brasil?

3. Hipóteses principais

Concepção e objetivos das políticas:

As políticas públicas de inclusão via trabalho no Brasil se orientam predominantemente por uma concepção focalizada e compensatória de inclusão social, centrada na empregabilidade individual, em detrimento de estratégias estruturais de justiça social.

A ausência de uma articulação sistêmica entre as dimensões social e econômica das políticas de trabalho limita seu potencial inclusivo e de enfrentamento das desigualdades históricas.

Terminologias e enfoques teóricos:

As múltiplas terminologias atribuídas às políticas de trabalho (emprego e renda, inclusão produtiva, políticas ativas, etc.) refletem diferentes matrizes ideológicas e projetos de Estado, oscilando entre uma lógica de mercado e uma lógica de cidadania.

A prevalência de enfoques centrados na “inclusão produtiva” está associada à tendência neoliberal de tratar a inserção laboral como responsabilidade individual, esvaziando a dimensão coletiva e universal das políticas públicas.

Instrumentos e ações implementadas:

A ênfase em políticas de qualificação profissional, microempreendedorismo e intermediação de mão de obra, sem articulação com o sistema produtivo e com políticas industriais, resulta em baixa efetividade na promoção de trabalho decente.

As políticas de cotas e ações afirmativas têm eficácia limitada na redução das desigualdades estruturais de gênero e raça devido à sua baixa institucionalização e resistência política à sua implementação.

A descontinuidade e fragmentação das ações governamentais de inclusão via trabalho contribuem para trajetórias laborais instáveis, especialmente entre jovens e populações periféricas.

Articulação entre políticas sociais e econômicas:

A ausência de integração entre as políticas de trabalho e as estratégias de desenvolvimento regional e de reindustrialização compromete o alcance de resultados sustentáveis na geração de empregos de qualidade.

O descompasso entre a formação profissional oferecida e as demandas dos setores econômicos em transformação tecnológica contribui para a ineficácia das políticas de empregabilidade.

Limitações estruturais e críticas contemporâneas:

As políticas públicas de inclusão via trabalho mostram-se inadequadas frente às transformações recentes do mundo do trabalho — como a plataformização, a automação e a informalidade expandida.

Os programas de transferência de renda são limitados como componentes de uma política integrada de trabalho decente.

As políticas públicas atuais não conseguem reduzir as desigualdades de gênero e raça de forma consistente devido à ausência de transversalidade dessas dimensões nos ciclos de formulação, implementação e avaliação das ações do Estado.

A captura das políticas públicas pela lógica fiscalista e pela governança por resultados enfraquece sua capacidade de enfrentamento das desigualdades estruturais.

Alternativas e diretrizes futuras:

Uma política pública de trabalho centrada no trabalho decente, ancorada em estratégias de desenvolvimento sustentável e redistributivo, tende a produzir maior equidade social do que ações isoladas e focalizadas.

A adoção de experiências internacionais que combinam regulação estatal forte, proteção social universal e articulação com estratégias produtivas pode inspirar avanços no modelo brasileiro de políticas de trabalho.

A atuação mais ativa de organizações sindicais e movimentos sociais na formulação de políticas públicas pode ampliar sua efetividade e capacidade de enfrentamento das desigualdades.

4. Objetivo específico

Objetivo específico	Metas
Realizar um amplo balanço das incompletudes das políticas de inclusão social e de equidade, aqui principalmente consideradas por meio do trabalho. Essa tarefa se impõe diante da persistência histórica das desigualdades sociais e da incapacidade dos padrões de desenvolvimento em produzir mudanças estruturais na vida dos que vivem de trabalho, assim como diante de transformações multifacetadas que atualmente atingem o mundo do trabalho.	39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46 e 47

5. Estratégias metodológicas

A partir de ampla revisão bibliográfica, produzir um estado da arte sobre os estudos a respeito do tema das inconsistências das políticas de inclusão social e de equidade por meio do trabalho, desenvolvidas nas últimas décadas (Programa Jovem Aprendiz; Programa Primeiro Emprego; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; PETI; Microempreendedor Individual; MEI; programas de microcrédito, entre outros).

Inserção de quesitos, no SURVEY NACIONAL GERAL, sobre inconsistências das políticas de inclusão social e de equidade por meio do trabalho, desenvolvidas nas últimas décadas.

Inserção de questões, nas ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM REPRESENTANTES DOS ATORES ESTRATÉGICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA (empresários, sindicalistas, políticos de espectros diversos, gestores públicos, agentes do poder judiciário, pessoas influentes da sociedade civil), sobre como interpretam o tema das inconsistências das políticas de inclusão social e de equidade por meio do trabalho, desenvolvidas nas últimas décadas.

Com base nessas entrevistas e em pesquisa documental e midiática, apurar os posicionamentos históricos e atuais das principais classes, grupos e agentes sociais sobre a inconsistência das políticas de inclusão social e de equidade por meio do trabalho, desenvolvidas nas últimas décadas.

Realização de estudos específicos quanti e qualitativos sobre os seguintes temas:

- ❖ Estudo de 7 políticas de inclusão social pela via do trabalho:
 - ✓ sendo 5 conduzidas pelo governo federal, uma por um governo estadual e outra por um governo municipal.
 - ✓ as 5 federais serão selecionadas levando em conta diversidade de públicos envolvidos, abrangência, importância e atuação nas 5 regiões do país.
 - ✓ as 2 restantes serão selecionadas pela magnitude e consistência alcançadas.
 - ✓ Nos diversos casos, as pesquisas podem se basear: em eventuais registros administrativos e outras fontes de dados; pesquisa documental; análise de material de divulgação e matérias de mídias; entrevistas, grupos focais etc.
- ❖ Levantamento das políticas e programas do governo federal que possam ser considerados como de inserção pela via do trabalho: fundamentos, estrutura, ações e recursos envolvidos, atores mobilizados, público atendido, principais resultados e problemas etc.
- ❖ Levantamento das atuações das centrais sindicais em políticas públicas de inserção pelo trabalho: formas de inserção, orientações adotadas, resultados, problemas.
- ❖ Levantamento de atuações de organizações não governamentais em políticas públicas de inserção pelo trabalho: formas de inserção, orientações seguidas, resultados, problemas.

6. Referências bibliográficas básicas

AZEREDO, Beatriz; Ramos, Lauro (1995). Políticas públicas de emprego: experiências e desafios. Planejamento e Políticas Públicas Nº 12 - Jun/Dez de 1995.

BARBOSA, ALEXANDRE DE FREITAS; Moretto, Amilton. Políticas de emprego e proteção social. São Paulo; ABET; 1998. 127 p.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul. Dossiê América Latina. Estudos Avançados, 19 (55), 2005.

CARDOSO Jr. *et al.* Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo. Brasília: Ipea. Texto para Discussão, No 1237, 2006.

ISACOVICH, Paula. Políticas para la inserción laboral de jóvenes: estudios en Latinoamérica y Argentina. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 13 (2), pp. 893-905, 2015.

KALLEBERG, Arne L. *Good Jobs, Bad Jobs: The Rise of Polarized and Precarious Employment Systems in the United States, 1970s to 2000s*. New York: Russell Sage Foundation, 2011.

LEITE, Marcia; SOUZA, Silvana Maria de. Igualdade de Gênero e Raça no Brasil: Uma Discussão sobre a Política Pública de Emprego. *DADOS—Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 1, 2010.

MALLARDI, Manuel W. Banco Mundial y gestión de la fuerza de trabajo en América Latina: Implicancias de los Programas de Transferencia Monetaria Condicionada. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Campus Praia Vermelha; Praia Vermelha; 24; 2; 7-2015; 89-106.

MIRANDA, Ana y Alfredo, Miguel. Políticas y leyes de primer empleo en América Latina tensiones entre inserción y construcción de trayectorias. *Revista de Ciencias Sociales, DS-FCS*, vol. 31, n.º 42, enero-junio 2018, pp. 79-106.

RAMOS, Carlos Alberto. Políticas de geração de emprego e renda justificativas teóricas, contexto histórico e experiência brasileira. Brasília: UNB. Texto para Discussão No 277, 2003.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. *Estudos Avançados* 18 (51), 2004.

SILVA, Sandro Pereira. Políticas de inclusão produtiva: o “elo perdido” da proteção social? *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, BPS, n. 27, 2020.

VIDAL, Paula. Ideología, desarrollo y políticas de empleo en América Latina. *Perfiles Latinoamericanos*, 30(59) | FLACSO México, 2022.